**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ**

**MARIA SANDRA ANDRADE SANTOS**

# O CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO COM BASE NO COOPERATIVISMO: uma análise sócio-econômica

**ILHÉUS-BAHIA**
**2008**

**MARIA SANDRA ANDRADE SANTOS**

# O CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO COM BASE NO COOPERATIVISMO: uma análise sócio-econômica

Monografia apresentada, para obtenção do título de Especialista em Economia em Sociedades Cooperativas, à Universidade Estadual de Santa Cruz.

Área de concentração: Desenvolvimento Sócio-Econômico

Orientador: Prof. MSc. Francisco Mendes Costa

**ILHÉUS-BAHIA**
**2008**

**MARIA SANDRA ANDRADE SANTOS**

**O CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO COM BASE NO COOPERATIVISMO: uma análise sócio-econômica**

Ilhéus-**BA**, 23/12/2008

_____

Francisco Mendes Costa – MSc
UESC/BA
(Orientador)

## DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Vivaldo Manoel Santos e Gildete Ferreira de Andrade Santos que, com muito carinho e dedicação, sempre se fizeram presentes em todas as etapas da minha vida, dedico.

**AGRADECIMENTO**

A Deus, em primeiro lugar, por dar-me a oportunidade de chegar a mais esta etapa da minha vida.

À Prof.ª Dinalva Melo, pela orientação, paciência e atenção em todos os momentos.

Ao Prof. Francisco Mendes Costa, por aceitar-me como orientanda.

Ao Prof. Fernando Rios do Nascimento, pelo auxílio de todas as horas.

Ao Prof. Élson Cedro Mira, pela amizade, pelos ensinamentos e apoio recebidos.

Ao Prof. Jaenes Miranda, pela orientação e auxílio.

À colega de trabalho e amiga Silvana Ramos, pela compreensão e apoio nas horas difíceis.

## EPÍGRAFE

“Muita gente pequena, em muitos lugares pequenos, fazendo juntas coisas pequenas, mudará a face da Terra”.

(Provérbio africano)

# O CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO COM BASE NO COOPERATIVISMO


## RESUMO

A pesquisa examina as teorias que tratam do crescimento e desenvolvimento da economia brasileira com base na expansão do cooperativismo. Apresentaram-se considerações sobre a evolução do cooperativismo através do tempo, bem como definições na visão de autores renomados acerca de cooperação, cooperativa e cooperativismo. Para analisar a contribuição do cooperativismo para o crescimento sócio-econômico brasileiro foi verificado o número de empregos diretos gerados pelas cooperativas no período de 1994 a 2007 e relacionado com a ocupação no Brasil, foi ainda examinado o valor das exportações das cooperativas e relacionado com o valor das exportações brasileiras e demonstrada a participação das cooperativas na produção agrícola nacional. Utilizou-se na análise dos dados o modelo de regressão linear simples. E pelos resultados encontrados, inferiu-se que o cooperativismo tem contribuído para o crescimento sócio-econômico brasileiro. O setor cooperativista tem se mostrado promissor no crescimento sócio-econômico do Brasil, entretanto ainda é preciso mais esforços para se tornar como fator de preponderância nesse crescimento. Portanto, a hipótese preestabelecida, *a priori*, neste estudo foi confirmada.



Palavras chave: cooperação, cooperativa, cooperativismo, desenvolvimento econômico e crescimento econômico.

## LISTA DE FIGURAS E TABELAS

1 Números do Cooperativismo por ramo de atividade (31/dez/2007)..... 27
2 Números do Cooperativismo brasileiro por estado (31/dez/2007)..... 27
3 Crescimento do cooperativismo brasileiro em 2007..... 28
4 Evolução do número de cooperativas..... 29
5 Evolução do número de associados (milhões)..... 30
6 Evolução do número de empregados..... 30
7 Evolução das exportações das cooperativas..... 31
8 Evolução das exportações das Cooperativas (taxa de crescimento)..... 32
9 Direcionamento das exportações das cooperativas..... 32
10 Participação das cooperativas na produção agrícola nacional..... 33

**SUMÁRIO**

**Resumo**..... iv
**1 INTRODUÇÃO**..... 1
**2 COOPERAÇÃO, COOPERATIVA E COOPERATIVISMO: algumas definições**..... 4
2.1 Cooperação.....4
2.2 Cooperativa..... 6
2.3 Cooperativimo..... 8
**3 CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUAS ESPECIFICIDADES**..... 10
3.1 Algumas teorias do Crescimento Econômico..... 14
3.1.1 Teoria Neoclássica do Crescimento..... 14
3.1.2 As Teorias do Crescimento Endógeno..... 15
3.2 Algumas teorias do Desenvolvimento Econômico..... 16
3.2.1 Desenvolvimento conforme os fisiocratas e os clássicos Adam Smith e David Ricardo..... 16
3.2.2 Desenvolvimento conforme os neoclássicos..... 19
3.2.3 Desenvolvimento conforme Karl Marx..... 20
3.2.4 Desenvolvimento conforme Schumpeter..... 21
**4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**..... 23
4.1 Área de atuação..... 23
4.2 Fonte de dados e tipo de pesquisa..... 23
4.3 Método de análise..... 24
4.4 Descrição das variáveis..... 25
**5 RESULTADOS E DISCUSSÕES**..... .26
5.1 Análise das variáveis usadas no modelo de regressão e correlação.....34
5.1.1 Número de empregos gerados por cooperativas X Pessoal ocupado no Brasil.....34
5.1.2 Valor das exportações das cooperativas X Valor das exportações no Brasil.....36
**6 CONCLUSÕES**.....39
**REFERÊNCIAS**.....42

# 1 INTRODUÇÃO

O cooperativismo já existe desde a Antiguidade. Há muitos séculos atrás as pessoas já viviam em sociedades cooperativas. Em algumas tribos, por exemplo, conforme relatos históricos, os índios dividiam até mesmo o espaço no qual dormiam, a “maloca”, como era denominado. Outras civilizações mais antigas faziam uma espécie de mutirão para auxiliar seus companheiros em época de colheita, os quais devolviam o favor na primeira oportunidade. Isso comprova que a necessidade de cooperação entre os homens é algo que sempre existiu, e, se com o passar dos tempos essa ação passou a ser praticada em menor intensidade, foi em decorrência de todas as revoluções ocorridas na sociedade a partir da substituição da coletividade pela sociedade individualista.

O cooperativismo moderno emergiu no século passado em meio à instabilidade político-econômica causada pela Revolução Industrial. Naquele período o mundo estava em crise, as condições de vida dos trabalhadores parecia ficar cada vez mais precária, não havendo sequer uma legislação trabalhista e previdenciária que pudesse, de alguma forma, subsidiá-los. Havia claramente uma oposição entre os interesses dos empresários e dos operários. Enquanto um pequeno grupo enriquecia-se, a grande maioria se tornava cada vez mais miserável.

A primeira cooperativa reconhecida no mundo foi a dos Pioneiros de *Rochdale,* surgida na Inglaterra, em meio à Revolução Industrial. Naquela época, alguns tecelões, insatisfeitos com os males do capitalismo, resolveram unir forças com a finalidade de encontrar uma solução viável para tratar os seus problemas sócio-econômicos. A idéia era criar um sistema econômico que tivesse como base a ajuda mútua, a solidariedade humana, a cooperação, a honestidade e o esforço coletivo (MONEZI, 2005).

Depois do surgimento da primeira cooperativa de consumo em *Rochdale,* na Inglaterra, em 1844, o cooperativismo propagou-se por toda à Europa. Hoje, os membros de cooperativas, em todo o planeta, superam os 800 milhões. Em 1994, a Organização das Nações Unidas (ONU) estimou que o sustento diário de mais de 3 bilhões de pessoas (metade da população mundial) era garantido ou facilitado por empresas cooperativas. Importantes setores da população são membros de cooperativas, em todo o mundo. Na Argentina, existem mais de 18 mil cooperativas, que reúnem uma cifra superior a 9 milhões de membros. Na Bélgica, existiam mais de 30 mil cooperativas, em 2001. No Canadá, uma em cada três pessoas é membro de uma cooperativa. Na Colômbia e Costa Rica, cerca de 10% da população é membro de cooperativas. Nos Estados Unidos, este percentual chega a 25% (OLIVEIRA, 2007). O exposto denota que o cooperativismo pelo mundo está em franca ascensão.

Os elevados índices de desemprego, a baixa remuneração do fator trabalho e talvez a necessidade de sobreviver aos males do capitalismo selvagem são alguns fatores que têm direcionado às pessoas para as cooperativas. Já que sabem da necessidade de unir forças para derrubar as barreiras da desigualdade e reconhecem ainda o ideal da economia humana, da democracia econômica e da valorização do pequeno e médio trabalhador pregado pela doutrina cooperativista.

A contribuição das cooperativas para o desenvolvimento econômico pode ser facilmente percebida através da observação do Produto Interno Bruto (PIB) das diversas nações. Na Europa, por exemplo, as cooperativas geram, em média, 27% do PIB. Já nos Estados Unidos são procedentes do sistema cooperativista 25%. No Brasil apenas 6% do PIB é produzido por cooperativas, em razão da falta de legislação adequada ou por falta de cultura, como afirma a DOMINIUM COOP. E no PIB mundial o cooperativismo é responsável pela significativa marca de 23%.

No Brasil, assim como em várias outras nações, o ato de cooperar surgiu nas civilizações mais antigas. É facilmente comprovado que o estado cooperativo brasileiro se iniciou por volta de 1610, com os jesuítas. A História relata que o modelo de cooperação implantado pelos jesuítas perdurou durante aproximadamente 150 anos, dando exemplo de sociedade solidária, com base no trabalho coletivo.

A origem do movimento cooperativista no Brasil deu-se no ano de 1847, com o médico francês Jean Maurice Faivre, defensor das idéias de François Marie

Charles Fourier. Faivre, juntamente com um grupo de europeus, alicerçou, nos sertões do Paraná, a colônia Tereza Cristina, constituída em bases cooperativas. Em Santa Catarina, na mesma época, foram observadas experiências similares. Todavia, o Cooperativismo semelhante ao que se tem atualmente, apareceu no Brasil a partir de 1891, em Limeira, São Paulo, com a Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica (PERIUS; SCHMIDT, 2003).

O Cooperativismo não deve ser considerado como sendo somente uma doutrina com princípios sociais, ou apenas como um sistema econômico capaz de derrubar as barreiras impostas pelo capitalismo. De sua essência pode-se extrair muito mais do que isso. Como já explicitado, esse novo sistema econômico está em ascensão pelo mundo, gerando não apenas emprego e renda, mas também dando a oportunidade das pessoas cooperarem entre si; de se ajudarem mutuamente. A preocupação com o meio ambiente, refletida através do desenvolvimento local e sustentável e a inquietação no que refere à educação e ao progresso de outras comunidades, são fatores que, assim como os já mencionados, levam a crer que o cooperativismo pode ser considerado uma alternativa exeqüível para o desenvolvimento humano nas diversas sociedades.

De acordo com o exposto, suscita-se a seguinte questão: A expansão do cooperativismo tem contribuído para o crescimento sócio-econômico da economia brasileira?

Para responder a presente indagação, estabeleceu-se o seguinte objetivo geral:

_ Analisar a contribuição do cooperativismo para o crescimento sócio-econômico brasileiro no período de 1994 a 2007.

Visa-se alcançar esse objetivo utilizando os objetivos específicos, a saber:

i) Verificar o número de empregos diretos gerados pelas cooperativas;

ii) Examinar a evolução das exportações das cooperativas;

iii) Demonstrar a participação das cooperativas na produção agrícola nacional;

iv) Relacionar o número de empregos gerados por cooperativas com a população ocupada no Brasil;

v) Relacionar o valor das exportações das cooperativas com o valor das exportações brasileiras.

A hipótese a ser analisada neste trabalho é a seguinte: O cooperativismo tem contribuído para o crescimento sócio-econômico brasileiro.

## 2 COOPERAÇÃO, COOPERATIVA E COOPERATIVISMO: algumas definições

### 2.1 Cooperação

A cooperação sempre existiu nas sociedades humanas, desde as eras mais remotas, estando sempre associada às lutas pela sobrevivência, às crises econômicas, políticas e sociais. Os melhores exemplos de cooperação podem ser observados analisando-se o processo de formação social de povos antigos como os astecas, maias, chineses, incas, gregos e babilônios.

Conforme assinala Schneider (1996, p. 01), “cooperação é o método de ação pelo qual indivíduos ou familiares com interesses comuns constituem um empreendimento [...]”. Para ele, os resultados obtidos pelo grupo devem beneficiar a todos os participantes do mesmo, na proporção do empenho de cada um.

A cooperação implica em trabalhar e viver diversos níveis da atividade social. Por meio da cooperação os homens tornam-se seres melhores, uma vez que têm a oportunidade de dar mais de si mesmos para os outros e em contra partida realizarem tarefas que não conseguiriam concretizar se não tivessem o apoio de outras pessoas. Daí a relevância do grupo.

Scopinho (2003, p. 02), em seu estudo sobre a Cooperação e Cooperativas em Assentamentos Rurais, apresenta a seguinte definição de cooperação:

> Cooperação é ação social articulada e alinhavada por objetivos comuns para solucionar problemas concretos que, por sua vez, é entendida aqui em dois sentidos: a) como ação-padrão, racionalmente construída à luz de um código e desenvolvida no interior de organizações cooperativas por sujeitos inseridos numa certa divisão social do trabalho, os quais têm objetivos comuns e compartilham benefícios ou prejuízos de forma eqüitativa (por exemplo, o que se pratica de acordo com o regimento interno); b) como ação espontânea inerente a determinados grupos e derivada de suas tradições e costumes, pré-existente às instituições, fundamentada na reciprocidade adiada – a retribuição é feita quando for possível ou conveniente - ou instantânea - a retribuição é imediata.

Dessa forma, compreende-se que a união de grupos está atrelada à busca de soluções para problemas comuns, mas, de difícil resolução para um indivíduo isolado. Por isso eles trabalham em comum para o êxito de um mesmo propósito. Lucros e perdas de qualquer empreendimento realizado pelo grupo são distribuídos igualmente entre os seus membros.

> A cooperação é uma filosofia de vida; constitui-se num grupo de princípios ou bases destinados à orientação não só dos indivíduos como de toda a sociedade humana. [...] É de tão grande alcance quanto o bem-estar da humanidade. A cooperação, no sentido geral de trabalhar e viver em comunidades, é mais antiga do que a raça humana. Sem ela, os seres humanos estariam ainda vivendo em cavernas; com ela encontraram a fonte principal da sociedade humana, construindo a civilização (BAGARDUS, 1964, p. 12).

As palavras de Bagardus traduzem a relevância de se viver em comunidades. Para ele, foi através da cooperação que a humanidade conseguiu evoluir para o que se tem hodiernamente. Não fosse por meio da ajuda mútua, a humanidade ainda estaria vivendo desolada, sem nenhum progresso, uma vez que é somente por meio da cooperação que os indivíduos conseguem desenvolver todo o seu potencial.

O autor ainda enfatiza a existência de cinco níveis de cooperação, comprovando a sua idéia de que a mesma teria surgido antes da raça humana. O primeiro nível apresentado é o Reflexo, conforme o qual a cooperação teria tido início com os seres unicelulares: amebas e paramécios. Ele diz que a sobrevivência das amebas, por exemplo, estava atrelada ao fato de permanecerem unidas, já que quando se desvinculavam acabavam morrendo. Em seguida ele trata do Nível Instintivo de Cooperação. Por uma questão de sobrevivência animais sociais como abelhas, formigas e vespas trabalham juntos, já que sozinhos não poderiam coexistir.

Os outros níveis tratados pelo autor são o de Sobrevivência da Cooperação, o Progressivo de Cooperação e o Altruístico de Cooperação. O primeiro trata da existência dos grupos como uma forma de defesa do meio no qual vivem. Reunidos em grupos, os mais fortes, por terem destaque lideram e os mais fracos se tornam seguidores. Já o segundo enfatiza que quando unidos os indivíduos conseguem lutar com maior eficiência pelos seus interesses, persuadindo outros grupos a cooperarem a seu favor. A organização do grupo pode projetá-lo à frente dos seus concorrentes. No terceiro nível, observa-se uma evolução maior. Esse tipo de

cooperação consiste na ação conjunta de pessoas em prol do desenvolvimento da coletividade, isso num âmbito bem maior do que os outros níveis.

> Cooperação, no contexto da economia e sociologia é uma relação de entre ajuda entre indivíduos e/ou entidades, no sentido de alcançar objetivos comuns, utilizando métodos mais ou menos consensuais. A cooperação opõe-se, de certa forma, à competição. Contudo, o desejo de competir com outros do mesmo grupo no sentido de obter um estatuto mais elevado é, por vezes, considerado como catalisador da ação cooperativa. Da mesma forma, os indivíduos podem organizar-se em grupos que cooperam internamente no sentido de competir com outros grupos ou entidades. A cooperação é ainda vista por muitos indivíduos como a forma ideal de gestão das interações humanas, pondo a tônica na obtenção e distribuição de bens e serviços em detrimento da sua confiscação ou usurpação por particulares. Para esse fim, coopera-se através da troca ou pela partilha altruística. Certas formas de cooperação são ilegais em algumas jurisdições porque prejudicam o acesso das populações a alguns recursos, como acontece com a fixação de preços concertada por cartéis (WIKIPÉDIA).

A definição de cooperação perpassa os campos da economia e da sociologia. Trata-se de um conceito que antecedeu a própria raça humana. Todavia, é bom salientar que, mesmo num sistema cooperativo, determinados indivíduos agem buscando a sua satisfação pessoal e não coletiva, colocando em primeiro plano os seus próprios interesses em detrimento dos interesses do grupo.

## 2.2 Cooperativa

O termo cooperativa possui várias definições na literatura especializada que variam conforme a época e o viés doutrinário em que foram elaboradas. Considerando a multiplicidade de aspectos que tal definição deve incorporar, fica difícil encontrar um conceito que expresse em uma única frase essa multiplicidade. O que se busca é uma aproximação que relacione os principais elementos encontrados na maioria das definições.

Conforme o conceito apresentado no Congresso Centenário da Aliança Cooperativista Internacional, em setembro de 1995, em Manchester, na Inglaterra, “cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida”.

A sociedade cooperativa se baseia nos valores da identidade de propósitos, ajuda mútua, ação em conjunto, busca de um resultado útil e comum a todos, responsabilidade, igualdade, solidariedade, democracia e participação. Os

associados de uma cooperativa acreditam nos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelo semelhante.

"As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados" [...] (LEI 5764, 1971). Uma cooperativa é considerada uma sociedade de pessoas porque os seus membros são a própria empresa, não havendo nenhuma distinção entre ambos. Como as cooperativas não são empresas mercantis não podem falir e sim entrar em dissolução.

Segundo Albuquerque (2003, p. 01) cooperativa é uma "sociedade civil/comercial sem fins lucrativos cuja finalidade é desenvolver atividades de consumo, produção, crédito, prestação de serviços e comercialização" [...]. Percebe-se, pelo enfatizado, que a cooperativa é o mecanismo utilizado pelo cooperado pra fazer a sua produção chegar até o mercado. É ela quem realiza todas as transações comerciais que irão proporcionar as sobras de direito dos associados.

Cooperativas são empresas de pessoas que visam a obtenção de resultados para seus cooperados, no entanto, a avaliação da eficiência das mesmas não pode levar em conta apenas a obtenção de sobras para seus participantes visto que além de donos eles são também clientes desta empresa cooperativa, permitindo que os resultados auferidos possam ser econômicos, sociais e educacionais

Ferrinho (1978, p. 99), em seu estudo, define cooperativa como sendo "uma instituição resultante do processo pelo qual pessoas que sentem necessidades comuns decidem formar voluntariamente uma associação". O principal objetivo dessas pessoas é suprir não só as suas necessidades, como também as dos seus semelhantes. O bem comum é o elemento primordial nesse processo.

> Uma cooperativa é uma entidade constituída por pessoas físicas ou jurídicas, que objetiva frutificação dos seus recursos, especialmente serviços, ou, num sentido mais amplo, uma associação que objetiva participação na vida econômica, [...], em que os valores éticos se sobressaem, representados pela transparência, honestidade, responsabilidade social e preocupação com o semelhante (FRÓES, 2001, p. 17).

Rios (1987) assinala que quando cumpridas por empresas associadas e não individualmente, certas atividades são levadas a cabo mais efetiva e economicamente através da cooperativa. É muito mais proveitoso para o cooperado negociar sua produção por meio da cooperativa do que individualmente.

> Do ponto de vista econômico, a cooperativa é a organização empresarial, de caráter auxiliar, por cujo intermédio uma coletividade de consumidores ou produtores promove, em comum, a defesa (melhoria, incremento) de suas economias individuais. [...] Na qualidade de consumidores, o sujeito econômico procura obter, por meio da cooperativa, bens e prestações (crédito, transporte, etc.) ao mais baixo custo; na condição de produtor (agricultor, artesão, operário) serve-se dela para, por intermédio da respectiva organização, transacionar nos mercados, bens ou utilidades elaboradas individual ou coletivamente (FRANKE, 1973, p. 10).

Nesse sentido, pode-se afirmar que cooperativa é toda comunidade de pessoas, em contraste com a união de capitais, para a obtenção de fins comuns, os quais podem ser de natureza pública ou privada. São sociedades fundamentadas na cooperação para satisfazer necessidades coletivas de seus associados. Elas possuem capital variável, duração ilimitada, livre adesão, voto por pessoa e indisponibilidade das reservas, porém com liberdade de retirada dos sócios (FRÓES, 2001).

No entender de Scopinho (2003), cooperativa é o modelo de estrutura organizacional, do qual se originam sociedades constituídas sob a forma democrática para atingir fins específicos, ou seja, é uma associação de pessoas, de natureza autogestionária, regida pelo princípio da igualdade no que se refere à propriedade, gestão e repartição de recursos.

## 2.3 Cooperativismo

O cooperativismo baseia-se na solidariedade entre pessoas, razão para a qual seja um instrumento de promoção humana e não apenas o mecanismo para buscar resultados econômicos – é claro que se espera que as cooperativas ofereçam resultados econômicos, até por prestarem melhores serviços para seus filiados, mas isso há de vir como conseqüência e resultante da plena realização do potencial criativo das pessoas que estiverem operando (RICCIARDI; LEMOS, 2000).

> Cooperativismo é o movimento social que ocorre quando homens com necessidades comuns estabelecem entre si uma relação de interdependência promotora orientada por uma filosofia de vida que os leva a procurar satisfazer aquelas necessidades através da solidariedade, da equidade, do respeito homem pelo homem e ativismo constante (FERRINHO, 1978, p. 99).

Assim, o cooperativismo pode ser compreendido como a união de pessoas visando o bem comum e atuando de forma solidária e igualitária com justiça e ética.

Pode-se ainda afirmar que o cooperativismo é a prática da solidariedade contida na natureza do homem. Defende a reforma pacífica e gradual da coletividade e a solução dos problemas comuns através da união, auxílio mútuo e integração entre as pessoas. Busca a correção de desníveis e injustiças sociais com a repartição equitária e harmoniosa de bens e valores.

> A palavra cooperativismo pode ser tomada em duas acepções. Por um lado, designa o sistema de organização econômica que visa a eliminar os desajustamentos sociais oriundos dos excessos da intermediação capitalista; por outro, significa a doutrina corporificada no conjunto de princípios que devem reger o comportamento do homem integrado naquele sistema (FRANKE, 1973, p. 01).

Cabe enfatizar que a solidariedade é o ponto fundamental do cooperativismo; é a sua essência, ultrapassando os limites incontestes de sua natureza econômica, e alcançando não apenas seus membros, mas ainda toda a sociedade. Sem ela não seria possível a existência da cooperação, uma vez que os indivíduos estariam preocupados apenas com o seu próprio sustento.

"O cooperativismo é uma doutrina econômica e social que representa uma forma alternativa de geração de trabalho e renda. Tem um papel includente e uma lógica diferente da do sistema mercantilista" (WVTECH, 2006, p. 01). É um sistema econômico que faz das cooperativas a base de todas as atividades de produção e distribuição de riquezas, tendo como objetivo difundir os ideais em que se baseia, no intuito de atingir o pleno seu desenvolvimento econômico e social.

> É também uma técnica utilizada pela atividade cooperativista, que consiste na autogestão consciente e voluntária dos cooperados, em ambiente democrático, visando obter, pelo esforço comum, a promoção econômica, social e humana de todos (PINHO, 1977, p. 23-24).

O cooperativismo contrapõe-se ao capitalismo pelo seu interesse especial de promover a pessoa humana, ao contrário das corporações capitalistas, as quais se preocupam exclusivamente com a aquisição do lucro. O que o cooperativismo visa é tornar o mundo um lugar melhor pra se viver, onde todos possam ter as mesmas oportunidades.

# 3 CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUAS ESPECIFICIDADES

"Crescimento Econômico é o crescimento contínuo do produto nacional em termos globais ou *per capita,* ao longo do tempo" (SILVA, 1984, p. 130). Traduz-se pelo aumento da quantidade de bens e serviços produzidos pelo sistema econômico, o que não é via de regra, uma vez que acréscimo de bens e serviços pode ser necessário apenas para suprir as necessidades do próprio país.

> Identificamos o crescimento econômico das nações com um aumento sustentado do produto *per capita* ou por trabalhador, acompanhado muitas vezes por um aumento populacional, e, geralmente, de mudanças radicais de estrutura. Nos tempos modernos, são mudanças de estrutura industrial, dentro da qual o produto foi gerado e os recursos foram empregados – fora das atividades agrícolas e no sentido das atividades não agrícolas, num processo de industrialização; na distribuição da população entre o campo e as cidades, num processo de urbanização; na posição econômica de grupos dentro da nação, caracterizados por *status* de emprego, ligação com várias atividades, nível de renda *per capita* e coisas semelhantes; na distribuição do produto pelo uso – com o consumo doméstico, a formação de capital e o consumo governamental, assim como por novas subdivisões no interior de cada uma dessas categorias principais; na alocação do produto por sua origem, dentro das fronteiras do país e fora delas; e assim por diante (KUZNETS, 1983, p. 07).

Quando se tem uma taxa de crescimento igual à taxa de expansão demográfica, pode-se concluir que nesse caso o aumento seria para torná-lo auto-sustentável. O crescimento econômico pode ser visto ainda como o aumento da capacidade produtiva da economia, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica, definindo-se basicamente, pelo índice de crescimento anual do produto interno bruto *per capita*, pelo índice de crescimento da força de trabalho, pela produção da receita nacional poupada e investida e pelo grau de aperfeiçoamento tecnológico (SOUZA, 1993).

Pelo exposto, fica claro que só pode haver crescimento se a renda crescer a uma taxa superior ao aumento demográfico da população. Para que haja crescimento, deve-se:

_ Aumentar a quantidade de bens e serviços (de produtos);

_ Gerar produtos através da combinação de fatores de produção: tecnologia, trabalho, capital.

"[...] O crescimento econômico de uma nação afeta outras e é, por sua vez, influenciado pelas outras. Isso porque além dos aspectos agregativos e estruturais, existem os aspectos internacionais do crescimento econômico [...]" (KUZNETS, 1983, p. 07).

Algumas correntes consideram crescimento como sinônimo de desenvolvimento, enquanto para outras, o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não condição suficiente. Para os economistas da primeira corrente, um país é subdesenvolvido porque cresce menos do que os desenvolvidos, apesar de possuírem recursos ociosos como terra e mão-de-obra. O país mostra-se subdesenvolvido porque não usa integralmente os fatores de produção e sua economia cresce abaixo das suas possibilidades. A segunda corrente encara o crescimento econômico como uma simples variação quantitativa do produto, nas instituições e estruturas produtivas (SOUZA, 1993).

Nesse sentido, o desenvolvimento caracteriza-se pela transformação de uma economia arcaica, ineficiente, em uma economia moderna, eficiente, juntamente com a melhoria do nível de vida do conjunto da população. Enquadram-se nessa segunda corrente economistas de orientação crítica, como Prebisch, Furtado e os demais economistas de tradição cepalina e marxista. Essa noção implica mudança de estrutura. Refletindo as formas históricas de desenvolvimento, Furtado (1977, p. 145) discorre:

> Se o fruto de um aumento ocasional da produção fosse sempre absorvido pelo consumo, melhorariam momentaneamente as condições de vida da população, sem que nenhuma alteração sofresse a capacidade produtiva. Entretanto, em todas as sociedades formam-se grupos minoritários que, por uma forma ou outra, souberam apropria-se do excedente de produção, permanente ou ocasional. Este fato, extremamente simples e de observação universal, está na base do processo de desenvolvimento.

Desse modo, evidencia-se pelas palavras do autor, que só se desenvolve quem sabe usar com eficiência o sobreproduto da produção, o que, infelizmente, não ocorre uniformemente entre todas as nações.

Silva (1984, p. 132) enfoca a questão da falta de complementaridade dos conceitos apresentados por diversos autores a cerca do desenvolvimento e aduz algumas definições relevantes. Fazendo alusão ao pensamento de Delfim Neto, ele diz que o desenvolvimento econômico seria então conceituado da forma a seguir:

> a) É um processo auto-sustentável, através do qual os bens econômicos crescem mais rapidamente do que a sociedade.
> b) É um processo global de manutenção e de busca de maior perfeição em todos os campos. Não se reduz ao ter mais, deve ser um permanente ter mais em todos os campos da inteligência, da sensibilidade, da moralidade, do direito e do bem estar social.

Nenhum país atinge um determinado grau de desenvolvimento político, social e econômico, sem possuir um influente corpo de líderes capazes de exercer uma orientação firme e segura nas várias camadas da sociedade.

Verifica-se que os conceitos de desenvolvimento econômico, embora guardem suas particularidades, mostram alguns pontos em comum. Fica evidenciado que o desenvolvimento é um processo, ou seja, qualquer país que pretenda se expandir tem que planejar essa expansão.

Esse método deve implicar no desempenho de certas forças que atuem durante um longo período de tempo. Além disso, os detalhes do processo, bem como suas características básicas, podem variar sob condições diversas no tempo e no espaço.

Alguns obstáculos são postos ao desenvolvimento, como afirma Silva (1984). São eles:

_ Inexistência de forças nacionais com bases nacionais;

_ Imperfeições do mercado;

_ Círculos viciosos;

_ Forças internacionais.

Para esses obstáculos se transformarem em requisitos para o processo de modernização, o autor sugere que haja:

_ Forças nacionais com bases nacionais;

_ Correções das imperfeições do mercado;

_ Rompimento do círculo vicioso;

_ Redução da pressão internacional.

Nesse estudo, além do já exposto, torna-se importante a descrição das cinco etapas do desenvolvimento, sob a ótica de Furtado (1977), bem como de Silva (1984). Tais etapas se manifestam da forma que segue:

- Sociedade Tradicional. "É uma sociedade que se expande dentro de funções de produção limitadas, com o poder político detido pelos que têm a posse da terra e a estrutura social é bastante hierarquizada" (SILVA, 1984, p. 139). Esse estágio apresenta características que podem ser vistas do ponto de vista econômico e sociológico. Analisando-se pelo ângulo econômico, nota-se a predominância do setor primário, em detrimento do secundário e terciário, a falta de geração de excedente da economia, bem como da poupança e investimento. Pelo prisma sociológico, percebe-se que o poder político está centrado nas mãos dos clãs familiares. O trabalho feminino é desvalorizado; os cargos ou as posições sociais são indicadas ou herdadas, o que prevalece é o parentesco; os trabalhos são feitos predominantemente de forma manual prevalecendo os procedimentos empíricos, sendo que as pessoas são movidas pelo comodismo.

- As Pré-condições para o Arranco. É um processo de transição que transforma a sociedade tradicional de forma a poder explorar os frutos da ciência humana. Nesta etapa surgem novas idéias. O progresso econômico é possível e também condição indispensável para melhoria da vida social. Apresenta características ainda muito semelhantes ao estágio anterior; o que difere é que a população começa a despertar, a manifestar o desejo de mudança.

- O Arranco. "É a etapa mais crítica. Nela, as obstruções e resistência ao desenvolvimento devem ser superadas e o progresso tecnológico deve ser incentivado ao máximo" [...] (SILVA, 1984, p.140). A economia e a população começam a mostrar sinais de mudança. Os setores secundário e terciário revelam-se mais fortalecidos. O progresso industrial é voltado para produção de bens de consumo. Começa-se a gerar os primeiros excedentes econômicos. No campo sociológico a presença feminina no trabalho torna-se mais intensa, as pessoas despertam-se para o desejo de progredir.

- A Marcha para a Maturidade. O crescimento demográfico é inferior à produção. Esta por sua vez, utiliza-se de tecnologia avançada. O comportamento da população modifica-se por completo. No campo econômico a agricultura torna-se

inexpressiva, sendo superada pela indústria e pelos serviços. E começa a surgir a indústria dos bens de capital.

- A Era do Consumo em Massa ou Modernidade. “É a fase áurea do desenvolvimento. Nesta situação, a renda real *per capita* determina um consumo elevado e os recursos para assistência social são cada vez mais abundantes” [...] (SILVA, 1984, p. 140). A sociedade tem poupança, tecnologia e capital para exportar. As posições sociais, cargos e funções são adquiridos por mérito. A sociedade é pautada na racionalidade e no merecimento; é movida pelo “querer mais”, pela busca do “melhor”. Há o rompimento da inércia.

É bom salientar que a divisão do desenvolvimento em cinco etapas é de procedência do prof. Rostow do Instituto Tecnológico de Massachusetts e data de 1959.

## 3.1 Algumas teorias do Crescimento Econômico

### 3.1.1 Teoria Neoclássica do Crescimento

De acordo com Dias (1998, p. 01):

> A estrutura básica do modelo é muito simples e centra-se na consideração de uma função de produção agregada em que dois fatores (capital físico e trabalho) se combinam de acordo com a tecnologia existente para dar origem ao fluxo de produção da economia num determinado período de tempo. A hipótese central do modelo, na medida em que condiciona todos os resultados (e permite estabelecer um quadro de concorrência perfeita), revela que se verificam rendimentos decrescentes na acumulação do fator reprodutível – o capital físico, uma vez que o trabalho cresce à taxa de crescimento da população, que é constante. Significa isto que a produtividade marginal do capital físico decresce com o seu nível: quanto mais o capital é abundante, menos uma quantidade suplementar de capital faz aumentar a produção do bem final. Por outras palavras, iguais aumentos adicionais de *input* (capital físico) originam aumentos cada vez menores do *output* até que, no limite, deixe de ser possível aumentá-lo.

O capital e o trabalho podem ser substituídos na função de produção, assegurando, dessa forma, um crescimento contínuo e estável, solucionando assim o problema da instabilidade criada pela rigidez de substituição entre os dois fatores, encontrada no modelo de crescimento de Harrod-Domar, o qual considera, conforme (Vasconcellos, 2000), que o desenvolvimento econômico é um processo gradual e equilibrado, destacando a relevância de três variáveis básicas para o crescimento: a taxa de investimento, a taxa de poupança e a relação produto-capital.

> Os modelos de crescimento econômico de tradição neoclássica possuem, entre outras, as seguintes características básicas: i) a economia é fechada e os mercados são concorrenciais; ii) a tecnologia de produção exibe retornos decrescentes para os fatores tomados separadamente e retornos constantes quando tomados conjuntamente; iii) o crescimento da população e do fator trabalho é dado exogenamente; iv) a mudança tecnológica também é dada exogenamente; v) não há um papel produtivo distinto para o capital humano e para a política governamental (FILHO; CARVALHO, 2001, p. 470).

Como no interior do modelo de crescimento neoclássico não se admite um eventual progresso técnico que permitiria aumentar o volume de *output* para um mesmo nível de *input*, conclui-se que este modelo não está apto a explicar o crescimento de longo prazo a partir dos seus mecanismos, logo tem de recorrer ao progresso técnico exógeno. Assim, no quadro deste modelo, o crescimento de longo prazo só é possível graças a um fator exógeno, isto é, um fator exterior que aumente a produtividade dos fatores de produção no longo prazo (DIAS, 1998).

### 3.1.2 As Teorias do Crescimento Endógeno

Em relação ao modelo neoclássico, a teoria do crescimento endógeno apresenta avanços importantes. E esses avanços são apresentados por Dias (1998, p. 14) da forma que segue:

> O primeiro como não poderia deixar de ser, prende-se com as fontes de crescimento. Enquanto no quadro neoclássico o progresso técnico exógeno constitui o único fator de crescimento de longo prazo (no estado estacionário), as teorias do crescimento endógeno procuram explicar as fontes de crescimento dentro do sistema econômico. Consideram como principais fontes as seguintes: i) os rendimentos de escala constantes ou crescentes no investimento. Estes podem provir de externalidades positivas associadas à acumulação de capital, porque ao acumular capital as empresas acumulam igualmente conhecimentos (aprendizagem pela prática) de que irão beneficiar todas as restantes firmas (porque o conhecimento é considerado um bem público puro); ii) o saber técnico ou científico resultado de uma atividade específica [...]; ii) as competências dos trabalhadores (o capital humano), acumuladas por investimentos em educação; iv) as infra-estruturas públicas. Ao considerar as infra-estruturas públicas como fonte de crescimento, os teóricos do crescimento endógeno visam combater a idéia segundo a qual o Estado só vem basicamente introduzir distorções no sistema econômico. Se o funcionamento do Estado acarreta indubitavelmente um conjunto de despesas improdutivas, há também um conjunto de funções que contribuem direta ou indiretamente para a produtividade do setor privado e só podem ser fornecidas pelos poderes públicos. Destaca-se o fornecimento de infra-estruturas, a formação e conservação do capital humano e a garantia dos direitos de propriedade. O segundo avanço deriva do primeiro e deve-se ao papel chave que as externalidades desempenham nestes tipos de modelos [...].

Nos modelos da nova teoria do crescimento econômico, o crescimento é visto como um produto das forças econômicas endógenas aos sistemas de mercado

descentralizados. São essas forças que comandam o processo mais do que quaisquer inovações tecnológicas exógenas sobre as quais o mercado não tenha nenhum controle. Sendo assim, a economia pode atingir um equilíbrio de crescimento perpétuo através de suas forças internas. Para que haja tal tipo de crescimento é necessário apenas que a tendência decrescente dos retornos do capital seja eliminada.

> Neste sentido, fatores como inovação tecnológica endógena (que surgem como resultado dos esforços dos agentes produtivos para maximizarem seus lucros), capital humano (ou seja, o estoque de conhecimento dos agentes econômicos) e os arranjos institucionais (incluindo aí a política governamental e a organização da sociedade civil) passam a assumir um papel crucial no crescimento contínuo da renda *per capita* em qualquer sistema econômico (FILHO; CARVALHO, 2001, p. 471).

As teorias do crescimento endógeno centram a sua análise nas fontes de crescimento, mais especificamente no progresso técnico, bem como na sua determinação. A motivação essencial desta nova abordagem reside na tentativa de explicar o crescimento de longo prazo (ou seja, o progresso técnico) com base no comportamento dos agentes, e sem ter que forçosamente recorrer a elementos exógenos ao sistema econômico (DIAS, 1998).

## 3.2 Algumas teorias do Desenvolvimento Econômico

### 3.2.1 Desenvolvimento conforme os fisiocratas e os clássicos Adam Smith e David Ricardo

Os mais renomados pensadores da teoria econômica discutiram a noção de desenvolvimento, entretanto, os questionamentos erigidos por esses teóricos apresentavam-se divergentes entre as muitas escolas do pensamento econômico. Os mercantilistas, por exemplo, afirmavam que a fonte de toda a riqueza estava no acúmulo de metais preciosos e na descoberta de novas jazidas. Nações ricas eram aquelas que possuíam numerosa quantidade de ouro e prata, produtos tangíveis, portanto, estocáveis.

> Historicamente, a noção de desenvolvimento econômico emerge com os fisiocratas, que viam na agricultura o único setor produtivo, responsável pela riqueza nacional. Eles se baseavam em leis naturais e, portanto, na idéia de que as relações econômicas fluem no organismo social como o sangue no organismo humano (HUGON, 1988, p. 91).

Os fisiocratas acreditavam provir da terra a formação bruta de capital. Era considerado produtivo apenas o trabalho desenvolvido na agricultura. A indústria e o comércio eram tidos como improdutivos, não passavam de desdobramentos do setor primário, uma vez que não geravam excedente. A lei natural era concebida por eles como regente da economia.

> [...] As atividades de manufatura e as demais eram consideradas "estéreis", não por serem dispensáveis, mas pelo fato de só os trabalhos diretos com a natureza criarem novas formas adicionais de riqueza; a atividade estéril do trabalhador lhes acrescentaria o próprio valor, ou seja, só o valor daquilo consumido no próprio processo, sem gerar um excedente real que levaria a qualquer produção nova (KON, 2004, p. 3).

Como aborda Kon (2004), a terra era o único fator de produção, fonte ímpar e restrita de riqueza. Somente os produtos dela concebidos eram capazes de constituir um sobre produto aplicável a uma nova etapa produtiva; sendo que esta última poderia se dá em sucessões.

> [...] A produtividade natural da terra poderia contribuir com o desenvolvimento ao se eliminar a discriminação contra a agricultura, em favor da indústria. A grande agricultura produtiva não poderia ser criada "naturalmente", devido à histórica discriminação estatal. Seria necessário um programa político fisiocrático para mudar a mentalidade existente (SOUZA, 1993, p. 51).

Nesse sentido, o aumento da produtividade agrícola seria a mola propulsora do desenvolvimento econômico. As atividades industriais nada mais seriam do que a transformação de alguns bens em outros, nada representando, como na agricultura.

Ao contrário dos fisiocratas, Smith[1] considerava que o trabalho pode ser produtivo fora da agricultura ao gerar valor. Então, a concepção de riqueza, na visão clássica, atrela-se ao trabalho.

> O trabalho anual de cada nação constitui o fundo que originalmente lhe fornece todos os bens necessários e os confortos materiais que consiste sempre na produção imediata do referido trabalho ou naquilo que com essa produção é comprado de outras nações (SMITH, 1983, p. 35).

[1]Adam Smith (1723-1790). Economista clássico escocês autor de "A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas", datada de 1776.

Desse modo, para Smith, o trabalho produtivo é o responsável pelo desenvolvimento econômico das nações. O nível do produto depende da divisão do trabalho e do aumento do estoque de capital, que permitem aumentar a produtividade do trabalho. O uso da máquina aumenta a destreza do trabalhador e reduz o tempo para a fabricação de um objeto. Com o aumento da produção por trabalhador, disponhe-se de maiores quantidades de bens para trocar, em relação às necessidades individuais de consumo (SOUZA, 1993).

> A riqueza das Nações determina-se, em primeiro lugar, pela produtividade do trabalho útil ou trabalho produtivo, em oposição ao trabalho improdutivo. O primeiro traduz-se por aquele trabalho que produz um excedente de valor sobre o seu custo de reprodução. Em segundo lugar, a riqueza deriva da quantidade de trabalho empregada no processo produtivo, em relação à população total. A função de produção de Adam Smith está sujeita a rendimentos crescentes, em virtude da expansão dos mercados, que permite maior grau de divisão do trabalho, o que aumenta a produtividade. O crescimento econômico cria um processo cumulativo, porque rendas maiores geram poupança e investimento em níveis ampliados. À medida que aumenta os gastos em educação e saúde e que se expande a dimensão dos mercados, aumenta a produtividade do trabalho, gerando maior taxa de crescimento econômico. O crescimento gera economias externas, responsáveis, como as economias de escala, pela redução dos custos médios de produção [...] (MEIER; BALDWIN, 1968, p. 41).

Nos estudos de Smith, observam-se duas proposições, embora distintas, fazendo alusão ao trabalho produtivo. A primeira, não se distancia muito da concepção fisiocrata, quando considera a estocabilidade e a tangibilidade como características fundamentais das atividades produtivas. Entretanto, Smith vai mais longe em sua reflexão quando estima como criador de valor o trabalho que se fixa sobre um objeto qualquer e apresenta uma certa durabilidade depois que acaba. Dentro desse contexto, inserem-se as manufaturas. Já na segunda, declara ser trabalho produtivo aquele pago com capital e não com renda, e improdutiva toda a atividade que implica em despesa sem retorno.

Ricardo[2] reporta-se a estudos anteriores concernindo que somente atividades estocáveis, tangíveis e materiais, concorriam para o desenvolvimento da nação. Embora acreditasse ser todo trabalho produtivo, dizia ser a riqueza composta por excedente acumulado em forma física ou material.

[2] David Ricardo (1772-1823). Economista inglês seguidor de Adam Smith. Sua principal obra foi “Princípios de Economia Política e Tributação”, onde o autor trata do valor e da distribuição.

Esta proposição de Ricardo é criticada por Almeida (1997, p. 8) com um exemplo bastante prático onde ele relaciona educação e conhecimento:

> A educação é fluxo enquanto que o conhecimento é uma riqueza intangível que pode ser acumulada. Assim, uma empresa tem entre seus mais importantes ativos o *Know-how* acumulado por seus dirigentes e empregados. Ela tem ainda uma memória produzida pela experiência e pelo treinamento de seus quadros. Conhecimento e memória são ativos imateriais da maior importância, que são perdidos com a demissão massiva [...].

A contraposição de Almeida à concepção ricardiana insere-se perfeitamente nos fundamentos da teoria do capital humano. Esta aprecia os conhecimentos e habilidades internalizadas no homem como responsáveis pela elevação da sua produtividade individual, bem como propulsores do desenvolvimento da sociedade. Quanto maior o *Know-how* acumulado por um indivíduo, mais útil ele se tornará exercendo determinada função. Portanto, como já salientado por Almeida, a riqueza imaterial também pode ser acrescida, ao contrário do que afirma Ricardo quando se limita às atividades físicas e materiais.

### 3.2.2 Desenvolvimento conforme os neoclássicos

Para definir os contornos da teoria neoclássica, é preciso contrapô-la à teoria clássica. Esta última caracteriza-se por analisar o sistema econômico principalmente no âmbito da produção, e numa perspectiva de longo prazo. Os neoclássicos, ao contrário dos economistas clássicos, não apresentaram uma visão de longo prazo que contemplasse o desenvolvimento econômico. Preocuparam-se com a análise de curto prazo, centrando os seus estudos nos problemas de mercado, na melhor alocação de recursos e na eficiência microeconômica da produção (SOUZA, 1993).

> Nessa situação em que se faz abstração dos desequilíbrios e das flutuações de curto prazo, as taxas de lucro calculadas em relação aos preços de oferta dos bens de capital são uniformes, assim como são uniformes as remunerações da força de trabalho e dos recursos naturais considerados qualitativamente homogêneos. Pressupõe-se que haja livre competição, e que não existam barreiras à entrada nas diversas indústrias. No estado de longo prazo, os preços são ditos naturais ou de produção, porque refletem as condições de reprodução da economia capitalista de mercado (PRADO, 2001, p. 02).

"[...] Os neoclássicos consideravam o desenvolvimento como um processo gradual, contínuo e harmonioso e mostravam-se, em geral, otimistas quanto às possibilidades de um progresso econômico contínuo" (MEIER; BALDWIN, 1968, p.

09). Desse modo, analisavam que o sistema econômico tende a pleno emprego, que preços e salários são flexíveis e que as remunerações dos fatores se distribuem segundo suas respectivas produtividades marginais.

Outra observação relevante é que os neoclássicos supõem que o crescimento econômico tende a elevar os salários reais dos trabalhadores no longo prazo e que para isso contribui a mecanização do trabalho, que aumenta sua produtividade, gerando rendas médias maiores tanto para os capitalistas como para os trabalhadores.

### 3.2.3 Desenvolvimento conforme Karl Marx

A visão de Marx é similar à abordagem clássica no que refere ao desenvolvimento:

> O conflito distributivo realiza-se na órbita do capital e do trabalho, com a exploração do trabalhador pelo capitalista. Este, no entanto, não está imune às crises do sistema, em face das flutuações periódicas dos negócios. Ele pode incorrer em perdas e entrar em falência. A concorrência por fatias crescentes do mercado dá lugar ao surgimento de grandes grupos empresariais. Pequenas empresas encerram suas atividades com a mesma facilidade com que são criadas (SOUZA, 1993, p. 77).

O que possibilita a exploração e a divisão social do trabalho é o surgimento do excedente da produção, o qual também é responsável pela apropriação privada dos meios de produção, que também estão relacionados à existência de classes sociais. Portanto, a estrutura de uma sociedade depende do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção.

> A acumulação de capital determina o ritmo do desenvolvimento, mas ela depende tanto dos lucros quanto de um impulso psicológico que leva a classe empresarial a investir. A concorrência intercapitalista e razões técnicas levam ao investimento. Isso explica a queda tendencial da taxa de lucro: o progresso técnico força o uso crescente de capital, expulsando do mercado as firmas menos bem-sucedidas. Resulta um processo crescente de concentração do capital e aumento do contingente de desempregados [...] (SOUZA, 1993, p. 89).

A sociedade capitalista tem como base a ideologia de igualdade no mercado, onde o trabalhador livre oferece sua força de trabalho para o empregador que a adquire por um salário. Esta troca pode parecer equivalente, porém, o valor produzido pelo trabalhador em sua jornada de trabalho é superior ao seu salário,

que é ganho no tempo denominado de trabalho necessário, o tempo de trabalho excedente gera ganhos ao proprietário do capital. Esse trabalho excedente, que não é compensado, constitui a mais-valia.

### 3.2.4 Desenvolvimento conforme Schumpeter

Schumpeter, em sua análise, estabelece, desde o início, as bases sob as quais atua o mecanismo econômico. São elas: a propriedade privada, a divisão do trabalho e a livre concorrência. Ele define o desenvolvimento econômico como sendo "uma mudança espontânea e descontínua nos canais de fluxo, uma perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente" (SCHUMPETER, 1982, p. 47).

É bom salientar que as mudanças sugeridas referem-se à produção e não ao consumo, uma vez que ele nega a relevância das modificações dos gostos dos consumidores para provocar deslocamentos na função de produção. Essas alterações, para ele, são simples adequações e não concorrem para o desenvolvimento.

> Na economia do fluxo circular, segundo Schumpeter, a vida econômica transcorre monotonamente, em que cada bem produzido encontra o seu mercado, período após período. Isso, contudo, não significa concluir que inexista crescimento econômico. Admitem-se incrementos na produtividade, decorrentes de aperfeiçoamentos no processo de trabalho e de mudanças tecnológicas contínuas na função de produção. Entretanto, essa base tecnológica já é conhecida, porque foi incorporada com o tempo na matriz produtiva da economia. Os agentes econômicos apegam-se ao estabelecido, e as adaptações às mudanças ocorrem em ambiente familiar e de trajetória previsível. Nessas circunstâncias, de acordo com Schumpeter, mudanças substanciais não podem ter origem no fluxo circular, pois a reprodução do sistema está vinculada aos negócios realizados em períodos anteriores (COSTA, 2006, p. 05).

Esses tipos de inovações, que são originadas no próprio sistema, quando introduzidas na atividade econômica, produzem mudanças que são qualitativamente diferentes daquelas alterações do dia-a-dia, levando ao rompimento do equilíbrio alcançado no fluxo circular. Assim, a evolução econômica se caracteriza por rupturas e descontinuidades com a situação presente e se deve à introdução de novidades na maneira de o sistema funcionar.

Domingues (2004, p. 01), em seu estudo sobre a Teoria do Desenvolvimento de Schumpeter, enfatiza que:

> A teoria do desenvolvimento econômico está em um plano diferente, porque estuda as mudanças descontínuas, ou saltos do sistema econômico ao longo do tempo. Através de mudanças contínuas há crescimento econômico, mas isso já é facilmente explicado pela análise estática. Historicamente, podemos observar casos em que o salto para um novo estágio de desenvolvimento de uma economia deu-se através de interferência externa, mas esses casos não necessitam de serem estudados, pois se explicam por si mesmos. O processo de desenvolvimento cuja teoria apresentamos é aquele que se dá através de mudanças descontínuas espontâneas nos canais do fluxo circular, que altera e desloca o estado de equilíbrio da economia. O desenvolvimento deve ser explicado a partir de uma situação sem desenvolvimento e sem interferências exógenas.

Mudanças que geram desenvolvimento acontecem no lado da oferta, ou seja, é a esfera produtiva que conduz todo o processo. Para produzir coisas novas ou as mesmas coisas de forma diferente, devem-se combinar diferentemente materiais e forças. Essas são as novas combinações que podem acontecer de forma gradativa ou abrupta. Quando as novas combinações surgem de forma repentina e descontínua, há o fenômeno do desenvolvimento econômico. Essas novas combinações podem objetivar a introdução de um novo produto, de um novo método, a abertura de um mercado, a conquista de novas matérias-primas ou o estabelecimento de uma nova organização produtiva.

Souza (1993, p. 111), salienta que:

> São os produtores que exercem mudanças relevantes; os consumidores passam a ser induzidos a consumir os novos produtos lançados no mercado. A organização da produção, as novas formas de produzir e de combinar diferentes insumos e habilidades, gerando novos produtos, ou os mesmo produtos com melhor qualidade e menor custo, constituem um dos elementos fundamentais do desenvolvimento. Este consiste em um fenômeno interno, endógeno ao sistema capitalista, embora se apresente como necessariamente extrínseco ao fluxo circular.

Ao ocorrerem novas combinações, elas ocasionam alterações sociais e econômicas. Quando ocorrem de forma irreversível e descontínua, há desenvolvimento. Em um sistema monopolista, surgem dentro das grandes corporações e em um sistema socialista, as novas combinações surgem de forma a não provocar conseqüências sócio-econômicas.

# 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

## 4.1 Área de atuação

O campo de atividade estudado é o Brasil, uma república federativa formada pela união de 26 estados federados e um Distrito Federal. O país conta com 5.564 municípios, 183.987.291 habitantes, bem como uma área de 8.514.876,599 km², equivalente a 47% do território sul-americano. Em comparação com os demais países do globo, dispõe do quinto maior contingente populacional e da quinta maior área. O Brasil é dono da nona maior economia do planeta e maior economia latino-americana. Tem hoje forte influência internacional, seja em âmbito regional ou global, possui entre 15 e 20% da biodiversidade mundial, sendo exemplo desta riqueza a Floresta Amazônica, com 3,6 milhões de quilômetros quadrados. Faz fronteira a norte com a Venezuela, com a Guiana, com o Suriname e com o departamento ultramarino da Guiana Francesa; ao sul com o Uruguai; a sudoeste com a Argentina e com o Paraguai; a oeste com a Bolívia e com o Peru e, por fim a noroeste com a Colômbia. Os únicos países sul-americanos que não têm uma fronteira comum com o Brasil são o Chile e o Equador. O país é banhado pelo Oceano Atlântico ao longo de toda sua costa norte, nordeste, sudeste e sul (WIKIPÉDIA).

### 4.1.2 Fonte de dados e tipo de pesquisa

Os dados utilizados nesta pesquisa são de fonte secundária. Para a elaboração da mesma os elementos analisados foram extraídos de documentos e publicações periódicas e em meio eletrônico, como: Instituto Brasileiro de Geografia

e Estatística (IBGE), artigos, Dominium Coop, Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Wikipédia, IPEA, entre outros do gênero.

As informações sobre as quais o trabalho foi embasado dizem respeito ao crescimento do número de cooperativas, ao aumento do número de associados e empregados, à evolução das exportações das cooperativas, entre outras. Esses dados estão dispostos em séries temporais, no período de 1994 a 2007. As análises e interpretações de todas as informações adquiridas foram fundamentadas nas teorias do crescimento endógeno.

O tipo de pesquisa desenvolvida foi a bibliográfica e documental, visto que conta com material já elaborado, o que possibilitará a compreensão de uma sucessão de fatos muito mais ampla do que forneceria uma pesquisa baseada em fatos primários.

### 4.1.3 Método de análise

Neste trabalho foi utilizado o método econométrico, por ser este considerado o mais indicado para a análise das variáveis do estudo e por ter como ponto de partida a teoria econômica.

> Um modelo econométrico é descrito por um conjunto de equações comportamentais derivadas do modelo econômico, as quais envolvem variáveis observáveis e um termo aleatório ou errático, que contêm todos os fatores que não foram incorporados ao modelo de análise (VASCONCELOS, 2000, p. 14).

Como já se disse o modelo econométrico constitui-se de equações que expressam as relações existentes entre as variáveis econômicas. Em princípio, devem-se distinguir dois tipos de variáveis: dependentes e independentes. As variáveis dependentes, endógenas ou explicadas, são aquelas que recebem influência de outras variáveis; e as variáveis independentes, exógenas ou explicativas, são aquelas que afetam as variáveis dependentes, cujo comportamento se deseja explicar.

> Os modelos econométricos, embora contenham os elementos que permitem sua operacionalização, constituem uma formulação incompleta da realidade, posto que se tem que recorrer à cláusula *ceteris paribus* para preencher a lacuna entre a teoria e os fatos. Isso ocorre em face da impossibilidade de um modelo abranger todos os fatores que determinam ou condicionam um fenômeno (BARBANCHO, 1970, p. 32).

Como já explicitado, esses modelos contêm especificações para utilização empírica, além de incorporar um termo residual com a finalidade de levar em conta variáveis ou outros elementos, que, por alguma razão, não puderam ser considerados explicitamente.

Foi estimado um modelo de regressão e correlação na montagem dos dados, sendo que é bom salientar que a análise de correlação tem por objetivo medir a intensidade ou o grau de associação entre as variáveis, enquanto que a análise de regressão ocupa-se do estudo da dependência de uma variável, a variável explicada, em relação a uma ou mais variáveis, consideradas independentes (GUJARATI, 2000, p. 09). A forma funcional aplicada foi a linear simples.

Nos resultados, foram analisados ainda gráficos e tabelas referentes ao conteúdo estudado. É esperado que a literatura e modelo propostos para realização deste trabalho tenham sido capazes de dar a fundamentação teórica indispensável para se alcançar os objetivos preestabelecidos, *a priori*, neste estudo.

### 4.1.4 Descrição das variáveis

Para elaboração desta pesquisa foram empregadas algumas variáveis que compõem o estudo do crescimento sócio-econômico, consideradas essenciais para a comprovação da teoria proposta. O número de empregos gerados por cooperativas, especificado aqui como variável independente ou explicativa, foi testado objetivando confirmar o influxo que a destinação do mesmo exerce sobre a população ocupada no Brasil. Em contrapartida, foi mostrado como a população ocupada, tida como variável dependente ou explicada, responde às variações no número de empregos.

A segunda variável a compor as observações é o valor das exportações das cooperativas, apresentando-se também como variável independente. Esta variável foi testada no modelo buscando evidenciar se há correlação entre a mesma e o valor das exportações no Brasil, variável dependente.

As outras variáveis apresentadas nos resultados, embora contribuam para a aquisição dos objetivos propostos no trabalho, não participaram da análise de regressão e correlação.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos através das atividades cooperativistas dão uma real noção sobre a sua importância e participação no contexto do desenvolvimento econômico e social do país. A coleta de dados obtida através do estudo ilustra os resultados abaixo:

O quadro 1 demonstra os números de cooperativas, associados e empregados no ano de 2007 por ramo de atividade. Observa-se que o maior número de cooperativas encontra-se no ramo de Trabalho, seguido do setor agropecuário. Entretanto o maior número de associados distribui-se pelos ramos de Crédito e Consumo, em detrimento dos ramos Especial e de Turismo e Lazer, que contam respectivamente com 385 e 1.094 associados. O maior número de empregados encontra-se no ramo Agropecuário, seguido do ramo de Saúde.

É necessário especificar do que é constituído o ramo Especial, por se tratar de um ramo de atividade diferenciado dentro do Cooperativismo. Trata-se da composição de cooperativas integradas por pessoas que precisam ser tuteladas. As cooperativas desse ramo contemplam as seguintes pessoas: deficientes físicos, sensoriais, psíquicos e mentais, dependentes de acompanhamento psiquiátrico permanente, dependentes químicos, pessoas egressas de prisões, os condenados a penas alternativas à detenção e os adolescentes em idade adequada ao trabalho e situação familiar difícil do ponto de vista econômico, social ou afetivo.

Essas cooperativas organizam o seu trabalho, especialmente no que diz respeito às dificuldades gerais e individuais das pessoas em desvantagem, e desenvolvem e executam programas especiais de treinamento, com o objetivo de aumentar-lhes a produtividade e a independência econômica e social.

Quadro 1: Números do Cooperativismo por ramo de atividade (31/dez/2007)

| Ramo de Atividade | Cooperativas | Associados | Empregados |
|---|---|---|---|
| Agropecuário | 1.544 | 879.649 | 139.608 |
| Consumo | 141 | 2.468.293 | 8.984 |
| Crédito | 1.148 | 2.851.426 | 37.266 |
| Educacional | 337 | 62.152 | 2.913 |
| Especial | 12 | 385 | 13 |
| Habitacional | 381 | 98.599 | 1.258 |
| Infra-estrutura | 147 | 627.523 | 5.867 |
| Mineral | 40 | 17.402 | 77 |
| Produção | 208 | 11.553 | 1.427 |
| Saúde | 919 | 245.820 | 41.464 |
| Trabalho | 1.826 | 335.286 | 6.682 |
| Transporte | 945 | 88.386 | 5.363 |
| Turismo e Lazer | 24 | 1.094 | 39 |
| **TOTAIS** | **7.672** | **7.687.568** | **250.961** |

Fonte: Unidades Estaduais e OCB Nacional.
Elaboração: OCB/GEMERC

O quadro 2 apresenta os números do cooperativismo por estado. Examina-se que o estado do São Paulo é detentor do maior número de cooperativas, seguido dos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Bahia. O estado que menos investe no cooperativismo é Roraima, com apenas 44 cooperativas. Os estados onde as pessoas demonstram maior interesse em se associar em cooperativas são: São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Santa Catarina.

Quadro2: Números do Cooperativismo brasileiro por estado (31/dez/2007)

| Estados Brasileiros | Cooperativas | Associados | Empregados |
|---|---|---|---|
| Acre | 82 | 5.454 | 113 |
| Alagoas | 91 | 22.088 | 2.495 |
| Amazonas | 91 | 13.049 | 1.542 |
| Amapá | 90 | 4.200 | 317 |
| Bahia | 446 | 107.654 | 2.796 |
| Ceará | 194 | 91.032 | 7.486 |
| Distrito Federal | 236 | 103.086 | 1.992 |
| Espírito Santo | 137 | 104.537 | 4.247 |
| Goiás | 179 | 72.158 | 8.511 |
| Maranhão | 141 | 11.473 | 223 |
| Minas Gerais | 817 | 880.500 | 26.692 |
| Mato Grosso do Sul | 79 | 54.018 | 2.522 |
| Mato Grosso | 173 | 158.328 | 5.259 |
| Pará | 372 | 44.909 | 1.619 |
| Paraíba | 112 | 30.843 | 1.404 |
| Pernambuco | 161 | 105.015 | 2.489 |
| Piauí | 72 | 15.499 | 680 |
| Paraná | 233 | 451.500 | 50.190 |
| Rio de Janeiro | 1.013 | 214.180 | 6.798 |
| Rio Grande do Norte | 202 | 72.869 | 1.492 |
| Rondônia | 106 | 14.155 | 697 |
| Roraima | 44 | 1.705 | 77 |
| Rio Grande do Sul | 946 | 1.408.597 | 47.726 |
| Santa Catarina | 256 | 765.058 | 24.019 |
| Sergipe | 129 | 13.261 | 479 |
| São Paulo | 1.209 | 2.916.260 | 48.614 |
| Tocantins | 61 | 6.140 | 482 |
| **TOTAIS** | **7.672** | **7.687.568** | **250.961** |

Fonte: Unidades Estaduais e OCB Nacional.
Elaboração: OCB/GEMERC

O quadro 3 evidencia a elevação da taxa de crescimento do cooperativismo entre os períodos de 2006 e 2007. Nota-se que a variação total do crescimento do número de cooperativas no período analisado foi de 0,91%, acompanhado do crescimento do número de associados que foi de 3,98% e do número de empregados que foi de 14,90%. Observa-se que em alguns ramos houve decréscimo tanto no número de cooperativas, quanto no número de associados e empregados.

Quadro 3: Crescimento do cooperativismo brasileiro em 2007

| Ramo | Número de Cooperativas | | | Número de Associados | | | Número de Empregados | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Posição 2006 | Posição 2007 | % | Posição 2006 | Posição 2007 | % | Posição 2006 | Posição 2007 | % |
| Agropecuário | 1.549 | 1.544 | -0,32% | 886.076 | 879.649 | -0,73% | 123.890 | 139.608 | 12,69% |
| Consumo | 156 | 141 | -9,62% | 2.384.926 | 2.468.293 | 3,50% | 8.359 | 8.984 | 7,48% |
| Crédito | 1.102 | 1.148 | 4,17% | 2.462.875 | 2.851.426 | 15,78% | 30.396 | 37.266 | 22,60% |
| Educacional | 327 | 337 | 3,06% | 69.786 | 62.152 | -10,94% | 2.808 | 2.913 | 3,74% |
| Especial | 12 | 12 | 0,00% | 972 | 385 | -60,39% | 6 | 13 | 116,67% |
| Habitacional | 371 | 381 | 2,70% | 83.633 | 98.599 | 17,89% | 1.153 | 1.258 | 9,11% |
| Infra - estrutura | 161 | 147 | -8,70% | 624.812 | 627.523 | 0,43% | 5.462 | 5.867 | 7,41% |
| Mineral | 45 | 40 | -11,11% | 17.628 | 17.402 | -1,28% | 83 | 77 | -7,23% |
| Produção | 200 | 208 | 4,00% | 20.631 | 11.553 | -44,00% | 463 | 1427 | 208,21% |
| Saúde | 888 | 919 | 3,49% | 349.474 | 245.820 | -29,66% | 34.738 | 41.464 | 19,36% |
| Trabalho | 1.874 | 1.826 | -2,56% | 413.777 | 335.286 | -18,97% | 5.595 | 6.682 | 19,43% |
| Transporte | 896 | 945 | 5,47% | 74.976 | 88.386 | 17,89% | 5.431 | 5.363 | -1,25% |
| Turismo | 22 | 24 | 9,09% | 3.509 | 1.094 | -68,82% | 31 | 39 | 25,81% |
| T O T A L | 7.603 | 7.672 | 0,91% | 7.393.075 | 7.687.568 | 3,98% | 218.415 | 250.961 | 14,90% |

Fonte: Unidades Estaduais e OCB Nacional.
Elaboração: OCB/ GEMERC

A variação do número de cooperativas explicitada na Figura 1, no período de 1994 a 2007, foi de 207%, o que evidencia o interesse cada vez maior que as pessoas têm apresentado em se associar em cooperativas, o que pode está ocorrendo devido à crise econômica e financeira brasileira, em grande parte resultante da globalização. Muitas empresas não conseguem sobreviver e cada vez mais os empregados estão descobrindo as vantagens de constituir o próprio negócio, deixando de ser assalariados para tornarem-se donos do seu próprio empreendimento – a cooperativa.

A evolução do número de empresas apresenta-se sempre ascendente, atingindo o seu ponto de máximo em 2002 (7.549 empresas), decaindo nos anos de 2003 e 2004 e voltando a crescer em seguida. Os ramos que mais cresceram no período foram o de trabalho, seguido do agropecuário e de crédito.

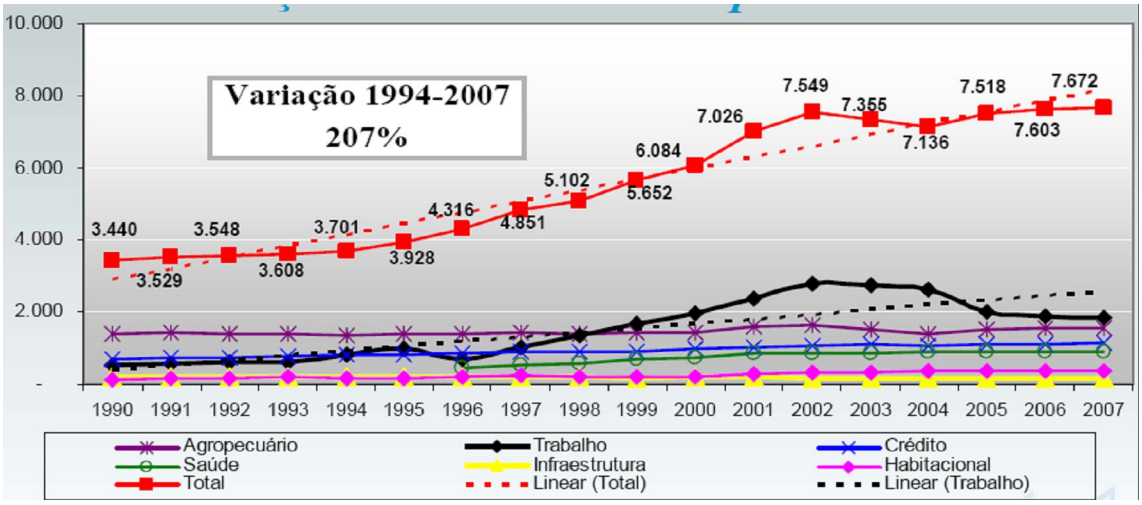



Figura 1: Evolução do número de cooperativas.

Fonte: Unidades Estaduais e OCB Nacional
Elaboração: OCB/GEMERC

Analisando-se a Figura 2, observa-se que no período compreendido entre 1990 e 2007 houve uma constante evolução no percentual do número de associados. Havendo uma constância no período de 1992 a 1994, seguido de avanços nos demais períodos, essa evolução no número de associados em cooperativas, deve-se, principalmente, aos benefícios econômicos e às vantagens que as cooperativas oferecem.

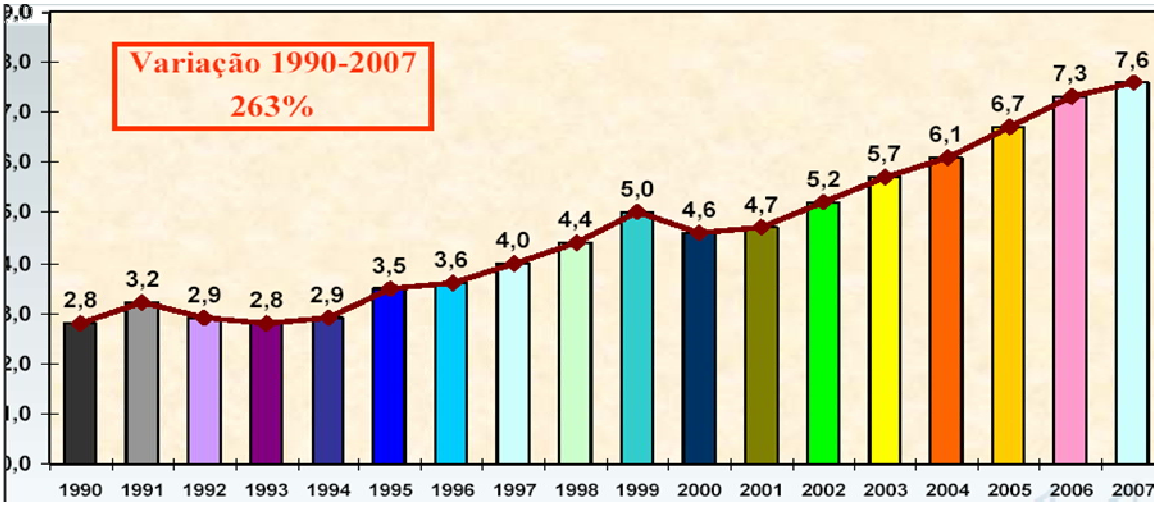



Figura 2: Evolução do número de associados (milhões)

Fonte: Unidades Estaduais e OCB Nacional
Elaboração: OCB/GEMERC

A Figura 3 comprova que durante o período analisado o percentual do número de empregados aumentou em 209%, tendo o seu pico máximo em 2007, atingindo 14,9%, totalizando 251 mil postos de trabalho, na comparação com 2006, provavelmente em razão da difusão cada vez maior do cooperativismo como sistema econômico promissor, que visa à melhoria de vida das pessoas.

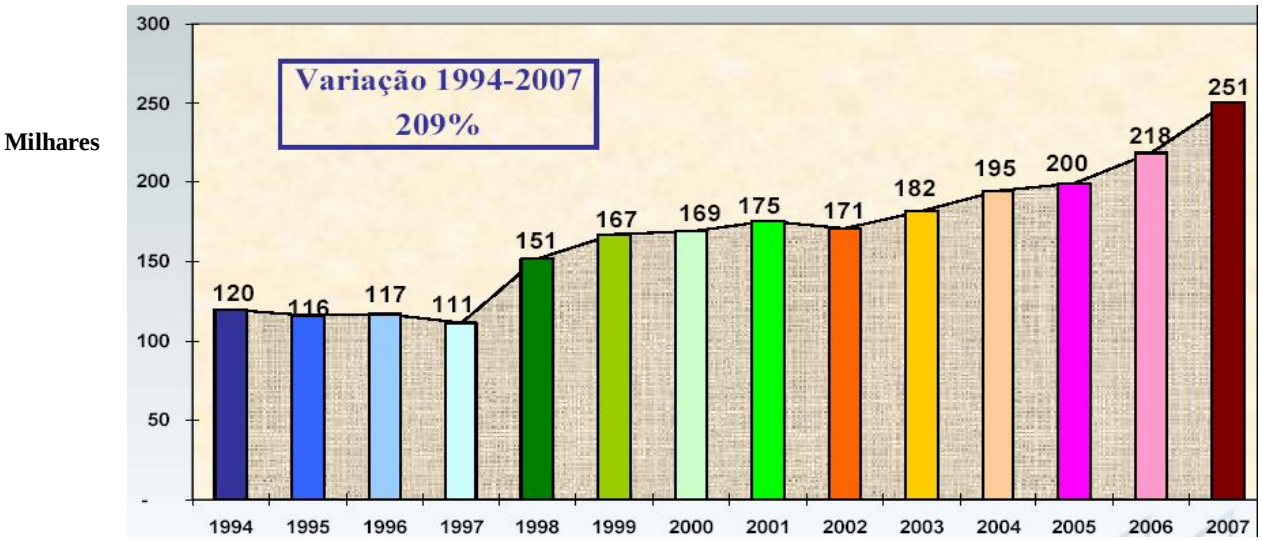



Figura 3: Evolução do número de empregados

Fonte: Unidades Estaduais e OCB Nacional
Elaboração: OCB/GEMERC

Verificando-se a evolução das exportações das cooperativas na Figura 4, nota-se que a variação entre os anos de 1990 a 2007 foi de 335%, mantendo-se sempre ascendente, o que denota que a participação das cooperativas nas exportações brasileiras tem aumentado a cada ano.

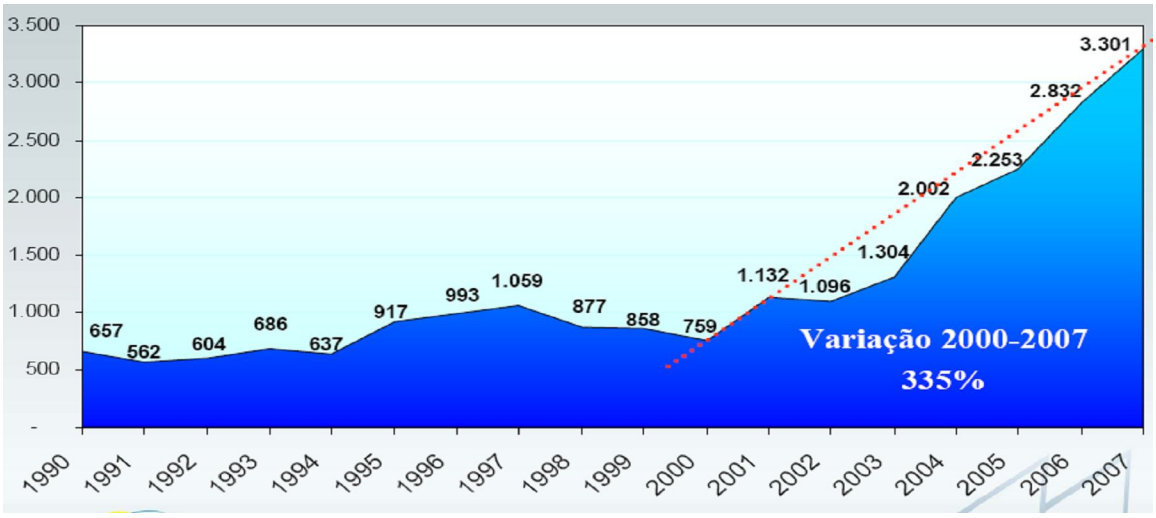



Figura 4: Evolução das exportações das cooperativas

Fonte: Unidades Estaduais e OCB Nacional
Elaboração: OCB/GEMERC

A Figura 5 compara o crescimento total das exportações do Brasil, com o crescimento das exportações realizadas pelas cooperativas. Examina-se que em 2004, enquanto as exportações brasileiras cresceram 32,0%, as das cooperativas cresceram 53,6%, o que denota o bom desempenho que tiveram no período. Já em 2005, houve uma queda significativa no crescimento das exportações realizadas pelas cooperativas, bem como das exportações brasileiras. Em 2006 as exportações realizadas pelas cooperativas voltaram a crescer, sofrendo novamente uma redução em 2007. É bom salientar que no mesmo período as exportações brasileiras mantiveram-se praticamente constantes.

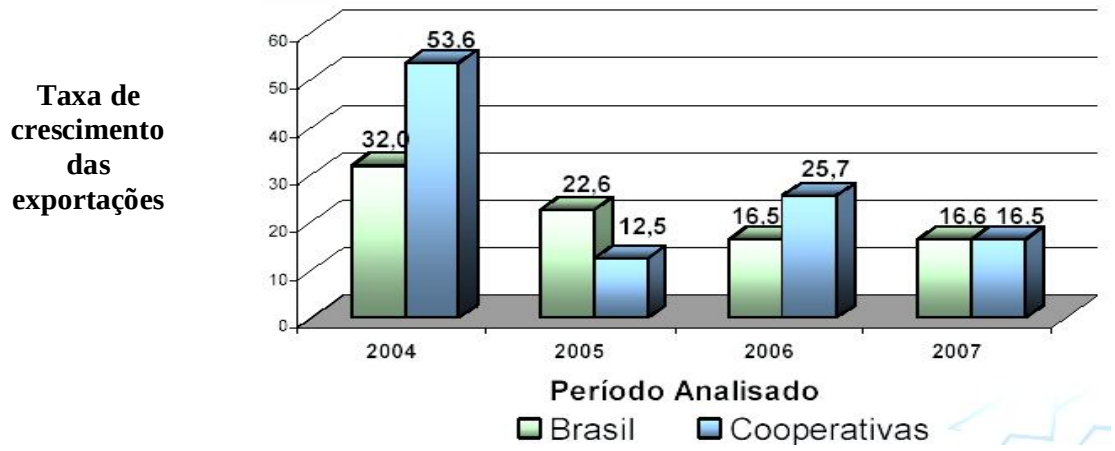



Figura 5: Evolução das exportações das Cooperativas (taxa de crescimento)

Fonte: Unidades Estaduais e OCB Nacional
Elaboração: OCB/GEMERC

A Figura 6 demonstra o destino das exportações das cooperativas. De acordo com a referida figura, pode-se observar que a maior parte dos produtos exportados é direcionada para os Países Baixos, portanto, maior exportador. O segundo maior exportador é a China, seguido da Alemanha. Os outros países como a Rússia participam das exportações brasileiras com um percentual semelhante, sendo que o menor exportador ainda é a Arábia Saudita.

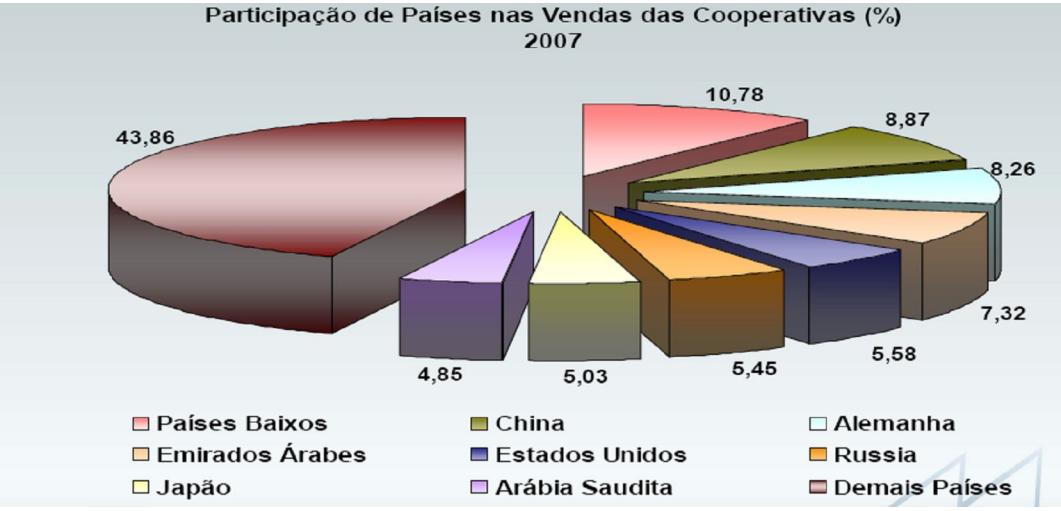



Figura 6: Direcionamento das exportações das cooperativas

Fonte: Unidades Estaduais e OCB Nacional
Elaboração: OCB/GEMERC

A figura 7 demonstra a participação do setor cooperativo na produção agrícola nacional. As cooperativas agropecuárias brasileiras vêm ajudando na organização, posicionamento e tomadas de decisão da agricultura. Elas colaboram, inclusive, com a obtenção de vantagens competitivas no mercado mundial de produtos agropecuários e agroindustriais. Hoje, o ramo agropecuário é um dos mais fortes do cooperativismo. Conforme os dados apresentados na figura abaixo, a participação das cooperativas na produção agrícola brasileira entre 2003 e 2004 era dividida da seguinte forma: trigo 62,19%; cevada 44,19%; aveia 39,21%; leite 39,70%; algodão 38,91%; suínos 31,52%; soja 29,40%; café 27,97%; alho 22,47%; uva 19,17%; milho 16,68%; arroz 11,36%; e feijão 11,18%. É bom salientar que a soja, o milho, o café, o leite, o algodão e o trigo, apresentam significativa participação na pauta de exportação brasileira, sendo que o Brasil é líder na exportação de leite, é o terceiro produtor mundial de milho e é um dos maiores produtores de soja.

.

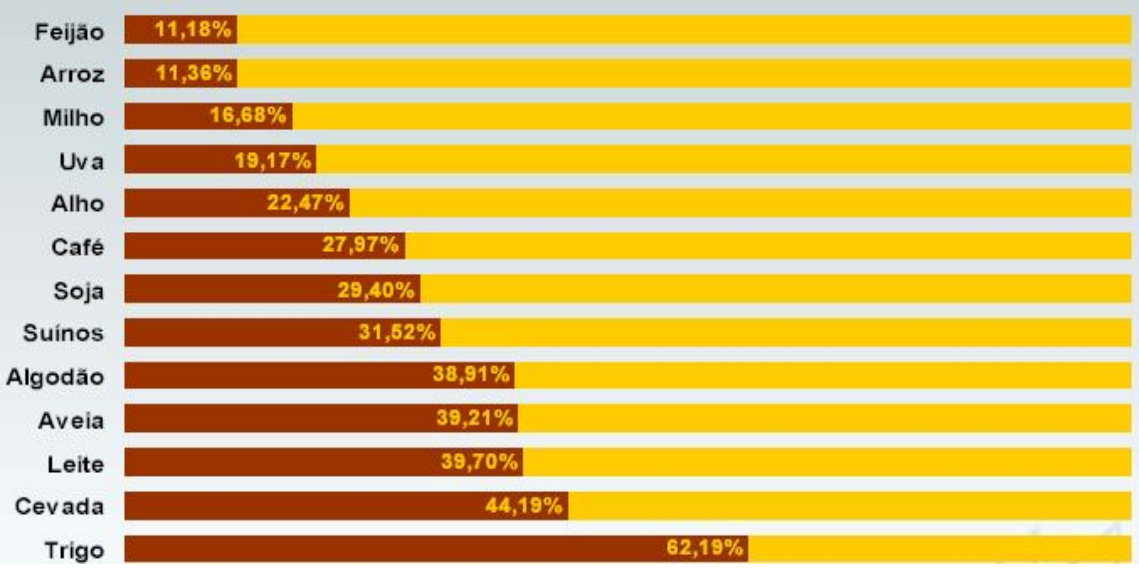


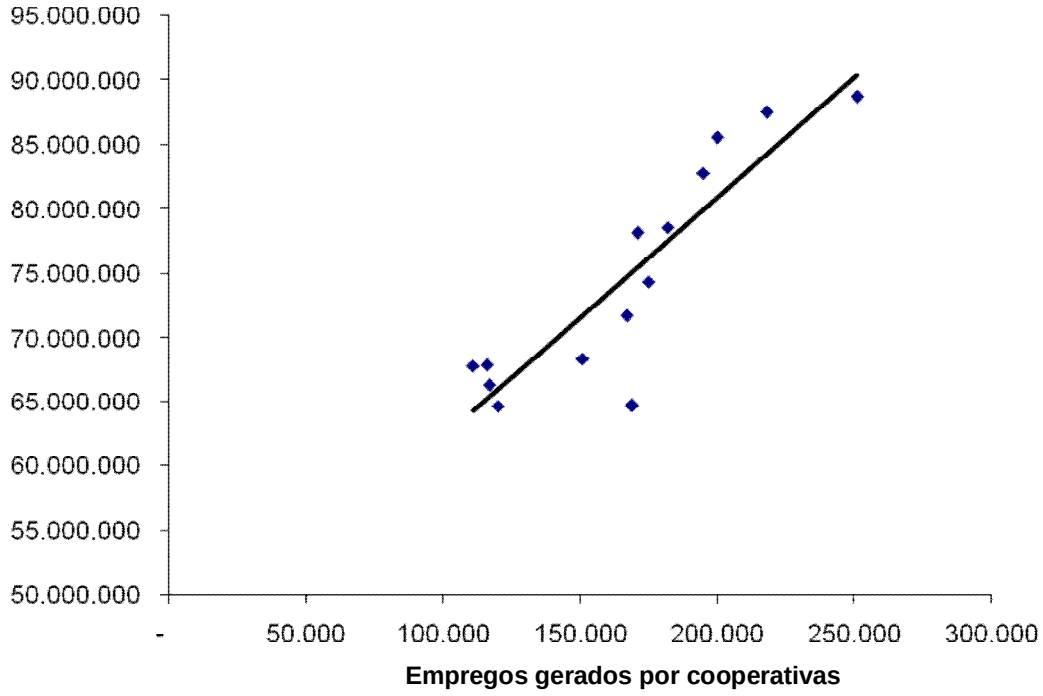

Figura 7: Participação das cooperativas na produção agrícola nacional (2003/2004)

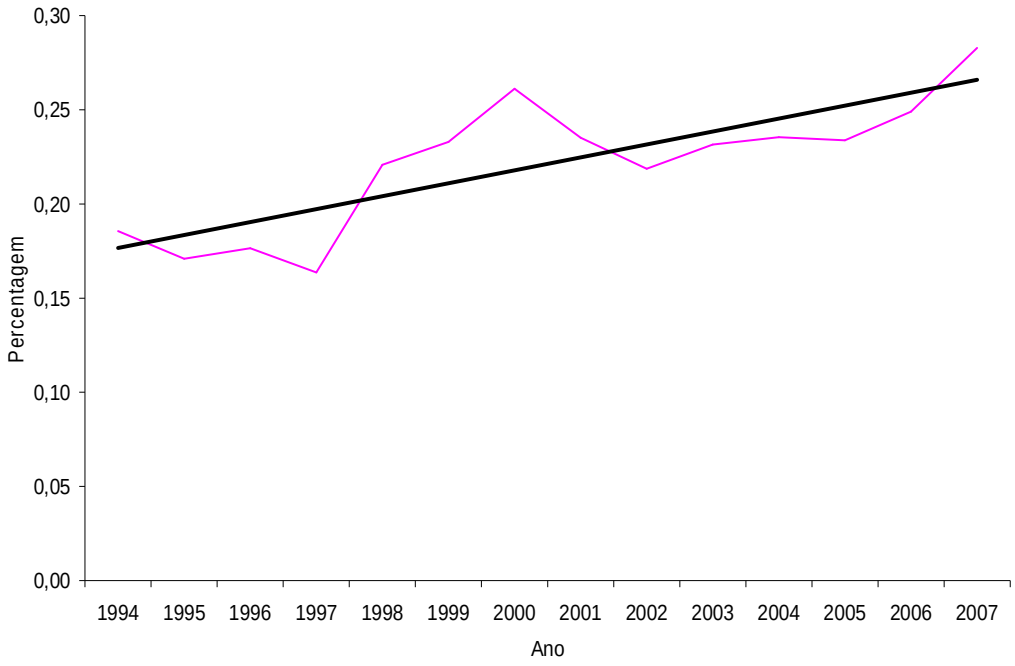
Fonte: Unidades Estaduais e OCB Nacional
Elaboração: OCB/GEMERC

### 5.1 Análise das variáveis usadas do modelo de regressão e correlação

### 5.1.1 Número de empregos gerados por cooperativas X Pessoal ocupado no Brasil

| | EmpGC | EmpBr | logEGC | logEBR | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1994 | 120.000 | 64.644.452 | 5,079181 | 7,810531 | 0,19 |
| 1995 | 116.000 | 67.876.506 | 5,064458 | 7,831719 | 0,17 |
| 1996 | 117.000 | 66.306.228 | 5,068186 | 7,821554 | 0,18 |
| 1997 | 111.000 | 67.825.810 | 5,045323 | 7,831395 | 0,16 |
| 1998 | 151.000 | 68.405.032 | 5,178977 | 7,835088 | 0,22 |
| 1999 | 167.000 | 71.713.137 | 5,222716 | 7,855599 | 0,23 |
| 2000 | 169.000 | 64.704.927 | 5,227887 | 7,810937 | 0,26 |
| 2001 | 175.000 | 74.411.440 | 5,243038 | 7,87164 | 0,24 |
| 2002 | 171.000 | 78.179.622 | 5,232996 | 7,893094 | 0,22 |
| 2003 | 182.000 | 78.591.712 | 5,260071 | 7,895377 | 0,23 |
| 2004 | 195.000 | 82.823.978 | 5,290035 | 7,918156 | 0,24 |
| 2005 | 200.000 | 85.564.418 | 5,30103 | 7,932293 | 0,23 |
| 2006 | 218.000 | 87.546.607 | 5,338456 | 7,942239 | 0,25 |
| 2007 | 251.000 | 88.762.825 | 5,399674 | 7,948231 | 0,28 |






RESUMO DOS RESULTADOS

| *Estatística de regressão* | |
|---|---|
| R múltiplo | 0,86386631 |
| R-Quadrado | 0,75 |
| R-quadrado ajustado | 0,72512042 |
| Erro padrão | 0,02619398 |
| Observações | 14 |

ANOVA

| | *gl* | *SQ* | *MQ* | *F* | *F de significação* |
|---|---|---|---|---|---|
| Regressão | 1 | 0,024216 | 0,024216 | 35,29344 | 6,81E-05 |
| Resíduo | 12 | 0,008233 | 0,000686 | | |
| Total | 13 | 0,032449 | | | |

| | *Coeficientes* | *Erro padrão* | *Stat t* | *valor-P* | *95% inferiores* | *95% superiores* | *Inferior 95,0%* | *Superior 95,0%* |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Interseção | 5,83293155 | 0,343179 | 16,99676 | 9,24E-10 | 5,085209 | 6,58065 | 5,085209 | 6,58065 |
| logEGC | 0,39117229 | 0,065845 | 5,940828 | 6,81E-05 | 0,247709 | 0,53464 | 0,247709 | 0,53464 |
| TGC | 0,059605 | 6,0 | | | | | | |

O diagrama de dispersão indica que existe correlação entre as duas variáveis. Elas caminham juntas, mas isso não quer dizer que uma afeta o comportamento da outra; ou seja, a população ocupada no Brasil aumentou durante o período em análise, assim como o número de empregos gerados por cooperativas também se elevou, entretanto, isso não quer dizer, necessariamente, que a população ocupada no Brasil tenha sido afetada diretamente pelo aumento dos empregos gerados nas cooperativas. Esse aumento pode ter se dado, também, entre outros fatores, pelo crescimento do setor informal.

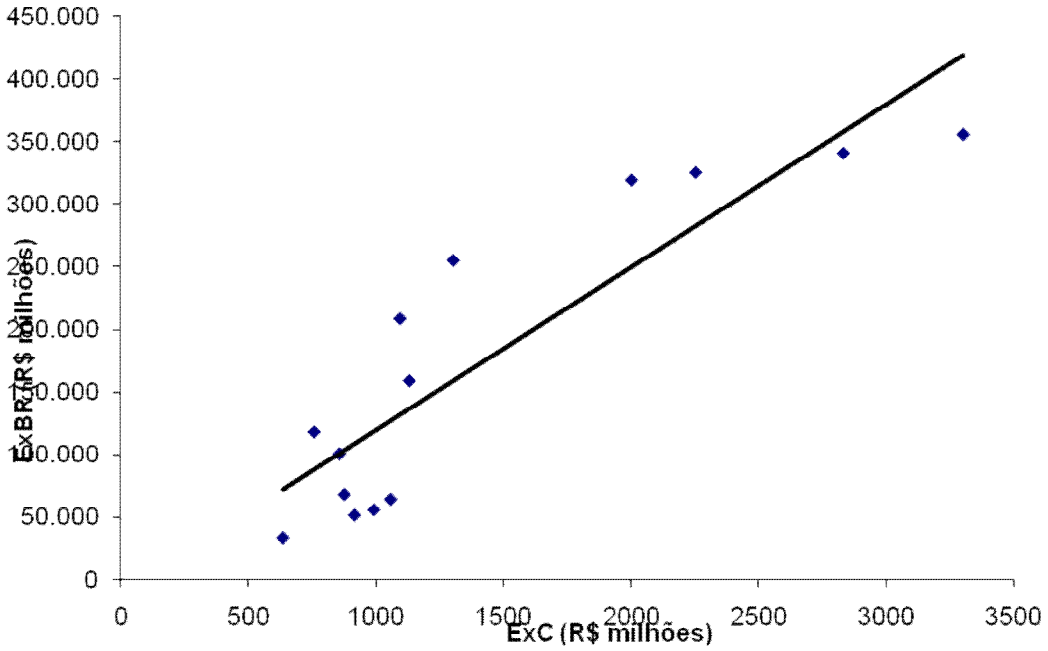
O gráfico indica a percentagem de crescimento anual dos empregos gerados nas cooperativas. Observa-se que no período, houve um crescimento pequeno, porém contínuo, atingindo o seu valor máximo em 2007 (0,28%).

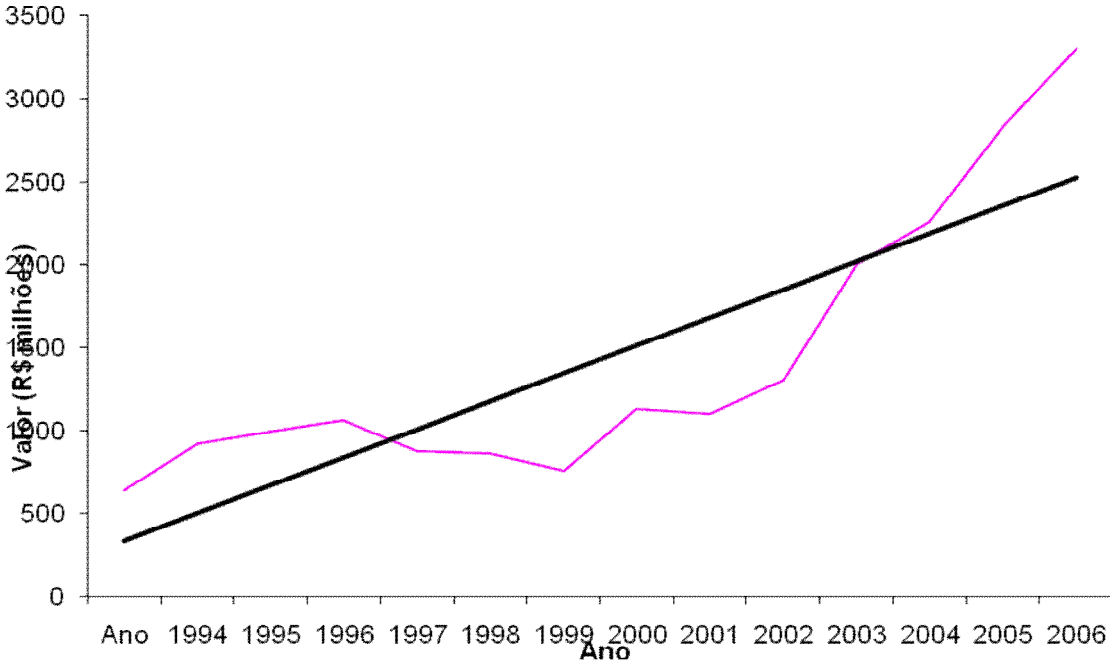
O modelo de regressão foi logaritmizado com o objetivo de tornar mais consistente a análise, entretanto, percebe-se que ainda há inconsistência no mesmo. O que se pode afirmar através da regressão realizada é que há uma correlação mediana entre as variáveis, abaixo de 0,9. Conforme o modelo, o coeficiente de determinação de 0,75 indica que 75% da ocupação no Brasil é explicada pelo aumento dos empregos gerados nas cooperativas.

O coeficiente de elasticidade é inelástico, da ordem de 0,39, o que indica que um aumento de 10% na variável explicada, implicará em um aumento de 3,9% na variável explicativa.

### 5.1.2 Valor das exportações das cooperativas X Valor das exportações no Brasil

| Ano | ExC (R$ milhões) | ExBR (R$milhões) | logExC | logExBR |
|---|---|---|---|---|
| 1994 | 637 | 33.220 | 2,8041394 | 4,52139963 |
| 1995 | 917 | 51.207 | 2,9623693 | 4,70932933 |
| 1996 | 993 | 55.421 | 2,9969492 | 4,74367436 |
| 1997 | 1.059 | 64.056 | 3,024896 | 4,80655982 |
| 1998 | 877 | 67.890 | 2,9429996 | 4,83180581 |
| 1999 | 858 | 100.229 | 2,9334873 | 5,0009934 |
| 2000 | 759 | 117.691 | 2,8802418 | 5,07074325 |
| 2001 | 1.132 | 158.619 | 3,0538464 | 5,20035521 |
| 2002 | 1.096 | 208.323 | 3,0398106 | 5,31873722 |
| 2003 | 1.304 | 254.770 | 3,1152776 | 5,40614829 |
| 2004 | 2.002 | 318.892 | 3,3014641 | 5,50364362 |
| 2005 | 2.253 | 324.842 | 3,3527612 | 5,51167218 |
| 2006 | 2.832 | 340.457 | 3,4520932 | 5,53206227 |
| 2007 | 3.301 | 355.399 | 3,5186455 | 5,5507162 |


450.000
400.000
350.000
300.000
250.000
200.000
150.000
100.000
50.000
0
ExBRT (R$ milhões)
0
500
1000
1500
2000
2500
3000
3500
ExC (R$ milhões)


3500
3000
2500
2000
1500
1000
500
0
Valor (R$ milhões)
Ano
1994
1995
1996
1997
1998
1999
2000
2001
2002
2003
2004
2005
2006
Ano

RESUMO DOS RESULTADOS

| *Estatística de regressão* | |
|---|---|
| R múltiplo | 0,886693 |
| R-Quadrado | 0,786224 |
| R-quadrado ajustado | 0,768409 |
| Erro padrão | 58666,98 |
| Observações | 14 |

ANOVA

| | *gl* | *SQ* | *MQ* | *F* | *F de significação* |
|---|---|---|---|---|---|
| Regressão | 1 | 1,5E+11 | 1,52E+11 | 44,13343 | 2,38E-05 |
| Resíduo | 12 | 4,1E+10 | 3,44E+09 | | |
| Total | 13 | 1,9E+11 | | | |

| | *Coeficientes* | *Erro padrão* | *Stat t* | *valor-P* | *95% inferiores* | *95% superiores* | *Inferior 95,0%* |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Interseção | -10799 | 32072,7 | -0,33671 | 0,742154 | -80679,4 | 59081,3 | -80679,4 |
| ExC (R$ milhões) | 129,9802 | 19,5656 | 6,6433 | 2,38E-05 | 87,35037 | 172,61 | 87,35037 |

O diagrama de dispersão, assim como no primeiro caso, indica que há uma correlação entre as duas variáveis. O aumento das exportações das cooperativas acompanha o aumento das exportações no Brasil.

O gráfico apresentado indica o valor gerado pelas exportações do setor cooperativo ao longo do período analisado. Nota-se que a reta manteve-se ascendente, embora tenha demonstrado redução em alguns intervalos. A partir de 2000, mostra novamente tendência ao crescimento.

O coeficiente de determinação de 0,78 diz que 78% das variações nas exportações brasileiras em torno de sua média são explicadas pelas variações nas exportações das cooperativas. Alternativamente, pode-se dizer que o modelo de regressão explica 78% das variações nas exportações brasileiras em torno de sua média, deixando 22% inexplicadas.

O coeficiente de elasticidade indica que para cada aumento de 10% nas exportações das cooperativas, haverá um aumento de 129 milhões nas exportações brasileiras.

## 6 CONCLUSÕES

O cooperativismo é uma forma de organização sócio-econômica de administração auto-gestionária que tem trazido respostas à economia no que se refere à geração de empregos e redistribuição de renda. As possibilidades de aplicação das idéias cooperativistas são ilimitadas e podem tornar-se contribuições fundamentais para a transformação das relações de trabalho e melhoria da qualidade de vida da população.

Dessa forma, o cooperativismo pode ser considerado como um instrumento que vem se destacando por seu imenso potencial de criar oportunidades para todos, colocando o homem como agente social e construtor de seu destino, numa justa contraposição aos valores do capitalismo exacerbado, que estão levando o mundo aos extremos de concentração de renda e pobreza.

Contrariando a lógica mercadológica que concentra renda e distribui miséria, as cooperativas concentram oportunidades e distribuem renda. Por isso, é importante perceber a força do cooperativismo enquanto poder mobilizador e organizador da economia social, tanto do ponto de vista do desenvolvimento econômico que oferece aos seus associados, como sobre o aspecto de motor do desenvolvimento, seja sob o ponto de vista da distribuição de renda ou na geração de empregos.

As cooperativas agropecuárias apresentam fundamental importância no âmbito interno, pela responsabilidade social, empregos gerados e melhoria na qualidade de vida dos associados e das comunidades e demonstraram significativa participação nas exportações de produtos agrícolas brasileiros.

Uma forma de expandir ainda mais o cooperativismo brasileiro é através de investimentos governamentais nos ramos mais promissores (agropecuário, trabalho, crédito e saúde), uma vez que são esses os responsáveis pela geração de mais

empregos, sendo que o ramo agropecuário é uma dos maiores responsáveis pelo aumento das exportações pro resto do mundo.

A abordagem do presente trabalho deparou-se com uma série de fatores analisados, que vieram a contribuir com a principal preocupação do mesmo: a contribuição do cooperativismo para o crescimento sócio-econômico brasileiro no período de 1994 a 2007.

Através do exame específico do número de empregos gerados pelas cooperativas no período analisado, consignou-se que houve uma expressiva evolução. Entretanto, quando relacionada esta mesma variável com a variável pessoal ocupado no Brasil, no modelo de regressão e correlação, notou-se que: i) há correlação positiva entre as variáveis, elas avançam juntas, mas isso não quer dizer que uma afeta diretamente o comportamento da outra. Fatores como o crescimento do setor informal, tão difundido atualmente, poderão também está contribuindo com essa evolução e não somente as cooperativas; ii) o crescimento percentual do número de empregos gerados no período foi pequeno, porém contínuo; iii) o coeficiente de determinação de 0,75, que indica que 75% das variações da ocupação no Brasil são explicadas pelo aumento dos empregos gerados nas cooperativas não pode ser considerado, a princípio, como uma verdade, já que, dessa forma, apenas 25% das variações seriam explicadas por outros fatores e os dados mostram que a participação das cooperativas na geração de empregos no Brasil é expressiva, entretanto não é preponderante.

Verificou-se ainda que houvesse evolução nas exportações das cooperativas no período. Esta variável relacionada com o valor das exportações no Brasil apresentou o seguinte resultado: i) estão associadas; o aumento das exportações das cooperativas acompanha a evolução das exportações no Brasil; ii) o coeficiente de determinação de 0,78 mostra que 78% das variações nas exportações brasileiras são explicadas por variações nas exportações das cooperativas, fato que *a priori*, assim como no caso anterior, não pode ser avaliado isoladamente. As cooperativas agropecuárias estão em franca ascensão, todavia, apesar de todo o desenvolvimento que vêm apresentando, e mesmo em consonância com a participação de cooperativas de outros ramos, não têm condição de apresentarem sozinhas influências dessa magnitude sobre as exportações do Brasil.

Quanto à participação das cooperativas na produção agrícola, observou-se que é bastante significativo possivelmente pelo Brasil possuir uma vocação natural

para o agronegócio em função da diversidade do seu clima, das chuvas regulares, da área agricultável fértil e de alta produtividade, entre outros fatores.

Os resultados encontrados levam à confirmação da hipótese de que o cooperativismo tem contribuído para o crescimento sócio-econômico brasileiro. O setor cooperativista tem se mostrado promissor no crescimento sócio-econômico do Brasil, entretanto ainda é preciso mais esforços para se tornar como fator de preponderância nesse crescimento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


ALMEIDA, P.H. **Produtividade e Improdutividade dos Serviços na História do Renascimento Econômico.** Bahia Análise e Dados. Salvador: SEI, Vol. 6, nº 4, p.5-19, Mar/97.

ALBUQUERQUE, P. P. **Associativismo.** Porto Alegre: Veraz, 2003. 306p.

BARBANCHO, A. G., **Fundamentos e Possibilidades da Econometria.** Rio de Janeiro: Fórum, 1970. 193p.

BOGARDUS, S. E**. Princípios de Cooperação**. Rio de Janeiro: Librador Ltda, 1964. 90p.

COSTA, A. B. da. O Desenvolvimento Econômico na Visão de Joseph Schumpeter. **Net.** Rio Grande do Sul, 2006. Disponível em: <http://www.google.com.br>. Acesso em: 22 jun. 2008.

DIAS, S. J. Progresso Técnico e Crescimento Econômico**:** algumas considerações teóricas. **Net.** São Paulo, 1998. Disponível em: <http://www.google.com.br>. Acesso em : 03 jun. 2008

DOMINGUES, R. A Teoria do Desenvolvimento Econômico de Schumpeter. **Net.** Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: http://www.google.com.br. Acesso em: 22 jun. 2008.

<http:/www.dominium-coop.com.br>.

FERRINHO, H. **Cooperativas e Desenvolvimento Rural.** Lisboa: Clássica, 1978. 222p.

FILHO, G. E. da S; CARVALHO, E. B. S. A Teoria do Crescimento Endógeno e o Desenvolvimento Endógeno Regional: investigação das convergências em um cenário pós-cepalino. **Net.** Fortaleza, 2001. Disponível em: <http://www.google.com.br>. Acesso em: 03 jun. 2008.

FRANKE, W. **Direito das Sociedades Cooperativas**. São Paulo: Saraiva, 1973.

FRÓES, O. **Cooperativas de Educação**. São Paulo: Mackenzie, 2001. 207p.

FURTADO, C. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômi**co. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas). 243p.

<http:/www.google.com.br>

GUJARATI, D. N. **Econometria Básica.** São Paulo: Makron Books, 2000. 846p.

HUGON, P. **História das Doutrinas Econômicas**. São Paulo: Atlas, 1988.

<http:/www.ipeadata.gov.br>

KUZNETS, s. **Crescimento Econômico Moderno**: ritmo, estrutura e difusão. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas). 334p.

**LEI Nº 5.764,** de 16 de dezembro de 1971

MEIR, G. M.;BALDWIN, R. E. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

MONEZI, M. Espírito Cooperativo: requisito essencial do cooperativismo**. Revista Eletrônica Jurídica**, São Paulo, 01 jun. 2005. Disponível em: <http://www.google.com.br>. Acesso em: 22 jun. 2008.

<http://www.ocb.org.br>

OLIVEIRA, A. M. Cooperativas no Brasil e no Mundo. **Net,** São Paulo, 11 jan. 2007. Disponível em: <http://www.google.com.br>. Acesso em: 22 jun. 2008.

PERIUS, V. ; SCHMIDT, D. **Cooperativismo e Cooperativa**. Porto Alegre: Veraz, 2003. 306p.

PRADO, E. F.S. A Ortodoxia Neoclássica. **Net.** São Paulo, n. 41, jan. 2001. Disponível em: <http://www.google.com.br>. Acesso em: 22 jun. 2008.

<http:/www.pnud.org.br>.

RICCIARDI, L; LEMOS, R. J. de. **Cooperativa, a Empresa do Século XXI.** São Paulo: LTr, 2000. 183p.

RIOS, G. S. L. **O que é Cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 69p.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico:** uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas)

SCOPINHO, R. A. Sobre Cooperação e Cooperativas em Assentamentos Rurais. **Net.** São Carlos, 2003. Disponível em: http://www.google.com.br. Acesso em: 17 mai. 2008.

SILVA, E. M. da M. **Economia Aplicada**. Petrópolis: Vozes, 1984.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações.** São Paulo: Abril Cultural, 1983. 415p. (Os Economistas).

SOUZA, N. de J**. Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Atlas, 1993. 241p

VASCONCELLOS, et. Al. **Manual de Macroeconomia**. São Paulo: Atlas, 2000. 388p.

<http:/www.wikipedia.org/wiki/bahia